



DIÁRIO

República Federativa do Brasil **DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 014

SEXTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

(*) Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1987

Acrescenta dispositivos ao Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 1º O artigo 3º do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3º A admissão de servidor pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os casos de função de confiança, de livre indicação do Presidente ou de senador, previstos em resolução.”

Art. 2º O artigo 514 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 6º Aplicam-se ao Prodasen e ao Cegraf, no que couber, as disposições do § 3º do artigo 3º deste Regulamento.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

(*) Republicada por haver saído com incorreções no **DCN** (Seção II) de 9-4-87, página 399.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo

JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial

LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	330,00
TOTAL	Cz\$ 2,00
Exemplar Avulso	
Tiragem: 2.200 exemplares.	

SUMÁRIO

1 — ATA DA 12ª SESSÃO, EM 28 DE JANEIRO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

— Nº 78/88, encaminhando cópia do Aviso nº 2/88, com os esclarecimentos prestados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 178/87, de autoria do Senador Carlos Chiarelli.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BORGES — Política de abastecimento do País.

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA, como líder — Visita a Israel.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Política salarial.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, como líder — Crise de credibilidade nas instituições nacionais. Eleição direta para Presidente da República.

SENADOR ROBERTO CAMPOS, como líder — Comentários ao Projeto de Constituição.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Homenagem de pesar pelo falecimento do Ministro Carlos Coqueijo Torreão da Costa.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Entrevista do Ministro Hugo Napoleão ao jornal **O Globo**.

SENADOR MARCO MACIEL — Os rumos do desenvolvimento da região nordestina.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Impossibilidade do prosseguimento da presente sessão, tendo em vista a realização de sessão da Assembleia Nacional Constituinte, convocada para hoje, às 14 horas; e convocação de sessão extraordinária do Senado Federal para o dia 2 de fevereiro, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES.

Ata da 12ª Sessão, em 28 de janeiro de 1988

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Dirceu Carneiro

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto

de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo

— José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Aviso do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República:

Nº 78/88, de 26 do corrente, encaminhando cópia do Aviso nº 2/88, com os esclarecimentos prestados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 178, de 1987, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, formulado com o objetivo de instruir a tramitação do Projeto de Lei nº 1, de 1987-CN.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O expediente lido vai ao arquivo, uma vez que o Projeto de Lei nº 1, de 1987, já foi sancionado. Foi encaminhada cópia ao requerente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: persiste a velha polêmica sobre a definição de quem deve conduzir a política de abastecimento do País, que se move do Ministério da Agricultura para o Ministério da Fazenda e deste para aquele, através de Conselhos: o CONAB, desde 1979, o CINAB e a SEAP. Agora o Ministro da Agricultura, Iris Rezende Machado, aproveitando-se do momento confuso em que vive a Nação, quer fazer voltar para a sua área de influência o setor de abastecimento.

A conveniência dessa pretensão é discutível quanto ao mérito e quanto ao desempenho administrativo do Ministro, se não vejamos: o abastecimento não é um problema de produção, ou seja, especificamente um problema da agricultura; é um problema logístico, referente à armazenagem, transporte, agroindústria e comércio. Também não é um problema fazendário. O correto é organizar um órgão próprio: um Ministério ou autarquia, e não apenas um conselho, mas um órgão com elementos executivos que gerisse a política de abastecimento e preço. Evitaria-se a prevalência do interesse do consumidor ou do produtor, estabelecendo-se medidas de interesse geral, que preservem uma agricultura próspera e abundante para o abastecimento do mercado.

Num país organizado e planejado, a produção agrícola deve atender às necessidades de um abastecimento eficiente, com sobras programadas para a exportação. Então, as necessidades do abastecimento, da exportação e dos estoques de segurança é que devem determinar a programação de metas para a produção agrícola.

Não é nada disso que vem ocorrendo no País. Há uma desordem completa de planejamento e execução, agravada pela corrupção generalizada. Vemos, melancolicamente, a repetição de importações altamente inconvenientes ao nosso País, apesar dos protestos dos setores de produção.

Quase sempre o Ministro da Agricultura está apoiando essas manobras contrárias à agricultura nacional. Essas importações desnecessárias atingiram o clímax por ocasião do Plano Cruzado I, que provocou, naturalmente, maior poder aqui-

sitivo do povo. As importações estatais de 1986/87 constituíram o maior escândalo da chamada nova República. Raspamos o nosso mingado saldo de divisas. As importações foram excessivas, quando não desnecessárias, malfeitas e quase sempre eivadas de corrupção. Existe, no Senado da República, a CPI para apurar irregularidades e responsáveis pelas importações de alimentos, da qual tenho a honra de ser relator. Qual a posição do Sr. Ministro da Agricultura nesse festival de dissipação dos nossos poucos recursos em defesa de nossa agricultura? Nenhuma. Pelo contrário, foi conivente e omissor. Entretanto, se ele recusasse a referendar as sandices então praticadas, teria prestado grande serviço ao povo brasileiro. O que foram as importações de alimentos será apresentado em relatório oportunamente. Importaram-se, com subsídios, pescados finos, laticínios de alta qualidade para consumidores refinados. Mas o que vinha para o povão, ou seja, para o consumidor de baixa renda, era quase sempre de má qualidade: carne velha, muitas vezes contaminada pela radiação de Chernobyl, arroz deteriorado do Oriente etc.

O Governo importou diretamente cerca de 600.000 toneladas de carne, subsidiou alguns importadores da iniciativa privada e foram importadas mais de 400 mil toneladas de carne. Vejam, Srs. Senadores! Um milhão de toneladas de carne, 1/3 do comércio mundial de carnes para o Brasil.

Agora, a boa e saudável carne de nossa produção está valendo menos da terça parte de que deveria valer em moeda forte, arrasando com a nossa pecuária. Apesar disso, mesmo com os preços achatados, nunca o povo brasileiro comeu tão pouca carne, pela drástica redução de seu poder aquisitivo.

Concluindo estas rápidas considerações, cremos que nem o Ministério da Fazenda nem o Ministério da Agricultura devem gerir o abastecimento, e sim um órgão potente e prestigiado.

Queremos assinalar — para que não pareça alguma má vontade — que não temos nenhuma prevenção contra o Ministério da Agricultura, e que fomos contra — na época — a retirada do setor de irrigação de sua órbita, o que constitui verdadeira castração em sua atuação, já que não se concebe agricultura moderna sem irrigação — quando isso é possível, apesar de o Ministro Iris Rezende Machado não ter lutado, então, pela integridade do seu Ministério.

Vejam, Srs. Senadores, que realmente é preciso pensar bastante na conveniência, quanto ao mérito e quanto à situação particular do Ministério da Agricultura, da transferência de todo o amplo setor de abastecimento para o Ministério da Agricultura.

(Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa, como líder do PDT.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Como líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ausentei-me, durante alguns dias, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em virtude exatamente da defasagem do calendário, da abertura de prazo — e dirigimo-nos à Palestina, a Israel, a convite da Associação dos Jornalistas Árabes.

Ao retornar, cumpre-me dizer algumas palavras a respeito dessa experiência que tivemos, numa convivência diária com sofrimento, com o padecimento do povo palestino.

Como sabem os Srs. Senadores, em 1948 foi criado o Estado de Israel e estabeleceu-se a chamada **Green line**, que é separação dos territórios ocupados: o primeiro, a Cisjordânia West Bank, sob o patrocínio da Jordânia; e a outra faixa, que é a chamada faixa de Gaza, sob o patrocínio do Estado egípcio.

Na divisa exatamente do Mediterrâneo, localizou-se o Estado de Israel. Com a ocupação dos israelenses, do território criado todos os palestinos que não se subjugaram ao Estado de Israel foram removidos para, exatamente, essas áreas, e lá foram localizados os chamados campos de refugiados.

Ao chegarmos a Israel, tomamos conhecimento de uma entrevista dada pelo Ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, de que a visita dos parlamentares brasileiros a Israel não era bem recebida, que seriam **personas non grates**, porque, em vez de dedicarmos a nossa atenção às misérias do Rio de Janeiro, através dessas favelas, estávamos fazendo aquela visita à Palestina.

Procuramo-nos situar dentro de um comportamento neutro, apenas como observadores, a pedido da Associação dos Jornalistas Árabes.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que vimos foi um quadro patético, um quadro dramático. Hoje em dia ninguém mais pode deixar de admitir a existência do Estado israelense. É um fato consumado. Durante milhares de anos esse povo viveu na diáspora, esparramado pelo mundo inteiro, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Mas essa população palestina, que se localiza exatamente nos chamados territórios ocupados, é que vive, praticamente, aquilo que viveram os judeus, quando na época dos campos de concentração, foram submetidos a todo tipo de degradação, a todo tipo de suplício humano.

Senhor Presidente, verificamos patrulhas do exército israelense obrigando os comerciantes árabes, situados naquelas faixas, a abrirem seus estabelecimentos, para pôr termo a uma greve geral que já se prolonga por mais de 55 dias.

Verificamos a revolta estampada nos olhos das crianças, cuja única arma de que dispõem são as pedras que atiram nos judeus. Em virtude disso, criou-se exatamente essas situação no momento.

O conflito surgiu, nesse levante do momento, em razão do assassinio de um judeu na cidade de Gaza. Logo em seguida, uma patrulha do exército israelense, camuflada em um carro diferente, chocou-se com um carro palestino, morrendo naquele instante cinco palestinos. A população, então, se levantou.

O que presenciamos nessa visita que fizemos ao Hospital de Gaza foi exatamente o seguinte: vimos lá pessoas que foram assassinadas; vimos pacientes curando-se de tiros de balas dum-dum, o que é proibido por convenção internacional, mesmo em conflito de guerra; crianças, mulheres, enfim, toda uma população em verdadeiro pânico.

Quando nos retirávamos de Gaza, encontramos seguramente umas dez patrulhas obrigando a que os comerciantes abrissem as suas lojas.

Todos os jornais dos palestinos, em Israel, são submetidos a uma censura diária. O jornal tem que mandar para o Departamento de Censura tudo aquilo que escreveu. Evidentemente, das matérias, apenas 40% ou 50% ficam liberados.

Em Jerusalém, existe a parte árabe e a parte ocupada pelos israelenses. Quem vai a Israel, no lado de Jerusalém, verifica que a lei prevalece para os judeus; quem está na parte árabe observa que as leis israelenses não predominam para o exercício da democracia e das liberdades do povo que aí vive.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com o maior prazer, nobre senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Ex^a, nobre Senador, traduz os sentimentos não só dos brasileiros como de todos os democratas do mundo. Essa política de repressão do Estado de Israel, até certo ponto, é um paradoxo da História: o governo de Israel está seguindo os métodos de Adolf Hitler contra o próprio povo judeu. Gostaria de incorporar ao discurso de V. Ex^a uma notícia e algumas palavras. **Jornal do Brasil** de hoje, na página 6, diz:

"Judeus nos EUA querem o fim da repressão israelense."

Até os próprios judeus dos Estados Unidos, aqueles de sentimentos democráticos, desaprovam essa política que o governo de Israel está pondo em prática. Vou ler apenas o primeiro trecho, se V. Ex^a me permite:

"Nova Iorque — Henry Siegman, um dos líderes do Congresso Judaico Americano (C. J.A.), ao regressar de uma viagem de inspeção a Israel, declarou que a política israelense de espancamento de manifestantes palestinos é "aterrorizante e repugnante" e pediu o fim da repressão nos territórios árabes ocupados."

A palavra de V. Ex^a traduz não só o clamor dos latinos-americanos como de todo mundo civilizado, de senadores e deputados norte-americanos e até mesmo dos líderes democratas da comunidade judaica dos Estados Unidos. Parabéns a V. Ex^a, que tem a minha solidariedade total nessas suas palavras, porque não é mais possível nenhuma política de repressão e de perseguição, principalmente em territórios ocupados ao arripio da lei e das convenções internacionais.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Agradeço a V. Ex^a o aparte, nobre Senador Chagas Rodrigues, e, por ele, lembro-me que o Brasil, inclusive, reconhece a Organização para Libertação da Palestina — OLP. O Brasil não reconhece, evidentemente, a formação de um Estado, na medida em que ele implica na destruição de Israel.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Abreu Sodré, há questão de dois ou três meses, esteve no Egito, e o Brasil, que, hoje, integra o Conselho de Segurança da ONU, assumiu, solenemente, o compromisso de defender uma Conferência Internacional de Paz.

O que o povo palestino hoje mais deseja é que o Sr. Yasser Arafat, o Primeiro-Ministro de Israel — Sr. Itzhak Shamir, e todas as partes envolvidas, sob o patrocínio da ONU, reúnam-se numa

mesa, para que seja criado um quadro capaz de devolver a tranquilidade àquele povo.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Concedo, com muita honra, o aparte ao nobre Senador João Menezes:

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Senador, escuto com profunda tristeza esses assuntos que V. Ex^a relata, de lutas que se mantêm, aliás, em todo o Oriente Médio. Estou até um pouco admirado com o fato, porque, há alguns anos — não faz muito tempo —, estive em Israel e vim da lá realmente perplexo com o estado de democracia existente. Inclusive consegui verificar isso em pequenas cidades que fui visitar, acompanhado por um cidadão do governo, do Ministério das Relações Exteriores, e que, em lá chegando, foi substituído, tendo eu prosseguido em companhia de outro cidadão. Achei aquilo estranho e, quando voltei, perguntei o porquê e recebi a seguinte resposta: é porque aqui é domínio árabe e eles controlam tudo, governam, etc. Encontrei outras cidades em que o prefeito era comunista. Encontrei no Knesset, o Parlamento, ampla liberdade, discussão total e absoluta. Tanto que, quando voltei ao Brasil, em algumas oportunidades, dei como exemplo de democracia o que vi no Estado de Israel; não só de democracia, como de progresso também, porque é um país plantado no deserto e na pedra e V. Ex^a verifica, por exemplo, Israel vendendo laticínios e flores para a Europa. São coisas extraordinárias. Há o Instituto Weizmann, um colosso em matéria de pesquisas. Vejo com tristeza a exposição que V. Ex^a faz, de um quadro diferente daquele que observei. Confio e tenho esperança de que essa situação se reverta e se possa estabelecer a paz naquela região, porque são povos sofridos, que precisam e necessitam de quietude para poder continuar a sua vida.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte. Talvez a visita de V. Ex^a tenha sido realizada em função de um convite oficial, porque o povo de Israel não toma conhecimento do que acontece nos territórios. A televisão é censurada e os pequenos jornais árabes, alguns poucos, que são publicados em hebraico e em árabe sofrem diariamente, como afirmei, censura por parte da Polícia do Estado israelense.

O Sr. Pompeu de Sousa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Perfeitamente, nobre Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — Nobre Senador Maurício Corrêa este aparte não vai, propriamente, acrescentar coisa alguma ao brilhante discurso que está fazendo, porque V. Ex^a está trazendo um depoimento cuja veracidade, cuja importância não preciso destacar. Apenas não poderia omitir-me. Solidarizo-me com V. Ex^a, solidarizo-me com o povo palestino, cujo sofrimento e luta secular pela sua individualidade e cujo orgulho nacional constituem um dos motivos de admiração de os todos verdadeiros homens amantes da Humanidade.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente — e aqui se encontra o nobre Senador Nelson Wedekin, que integrou essa Comissão como Chefe da mesma, inclusive eleito por nós —, com mais tempo, evidentemente, faremos um relatório escrito, explicando tudo aquilo que constatamos nessa visita, que nos foi difícil. Hoje limitar-me-ei a dizer que a informação que obtivemos a respeito da dramaticidade pela qual passa o povo palestino não foi apenas um dado trazido por eles, porque poderia parecer uma informação facciosa. Estivemos em contato com um dos ex-ministros do antigo regime, porque hoje em Israel há um governo de coalizão com o Partido Trabalhista e o Likud, tivemos esse encontro com o Presidente do Partido Socialista, que é o chamado Mapai no Estado de Israel, e todos esses fatos foram confirmados por ele. Tivemos no hotel uma entrevista com os proprietários de um jornal, que são judeus, que nos procuraram para dizer que haviam sido intimados para julgamento no dia 4 de fevereiro, porque o Estado de Israel iria fechar esse jornal que defende a causa árabe.

O Knesset, — o Parlamento de Israel —, é na verdade, um braço estendido do próprio governo israelense; ele não exerce a liberdade de discussão, porque sua composição é majoritária, através dessa coalizão.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com o maior prazer.

O Sr. Ronan Tito — Senador Maurício Corrêa, hipoteco minha solidariedade a V. Ex^a. Quando o Ministro de Israel disse que os brasileiros deveriam resolver primeiro os problemas da favela para depois dizerem qualquer coisa, de problemas israelenses, gostaria de lembrar ao Sr. Ministro que o homem é solidário neste mundo, e, de qualquer maneira, em todos os tempos. Quando Hitler colocou o seu tacão em cima dos judeus na Alemanha, naquele tempo ostentávamos as nossas favelas, e mandamos os nossos homens daqui para lutar contra o nazismo, contra a opressão; alguns saíram até das favelas. De maneira que não prospera esse argumento do Ministro israelense. A nossa solidariedade é para com todos os homens que estão sofrendo discriminação, sejam em Israel, seja na África do Sul, no apartheid, seja no Chile, onde a bota da ditadura está lá oprimindo, seja no Paraguai, seja onde for. A nossa solidariedade é também para com o homem da favela, que queremos extirpar. Não há fronteiras e não há limitações. Parabéns a V. Ex^a e hipoteco minha solidariedade ao seu brilhante discurso.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

Sr. Presidente, visitamos Nablus, cujo Prefeito — creio que todos conhecem a sua história — submeteu-se a uma tentativa de assassinato, colocaram uma bomba em sua casa, em seu automóvel, e ele perdeu as duas pernas. Essa história, o Prefeito de Nablus, tem consciência do problema palestino e uma visão extraordinária. Cito apenas o exemplo do Prefeito de Nablus para dizer aos Srs. Senadores: os judeus se fortaleceram, quando estiveram na diáspora, através do aprimoramento cultural e científico de seus filhos. Hoje,

os palestinos fazem a mesma coisa que os judeus fizeram. São pessoas que estão na diáspora, são palestinos que se encontram submetidos a esse regime de tortura e degradação dentro do Estado israelense, mas que se aprimoram, que se aperfeiçoam. Cada cidadão palestino é, sem dúvida nenhuma, uma fonte de inteligência e de capacidade, e isso é o que verificamos.

Sr. Presidente, poderia dizer muitas outras coisas que, tendo terminado o tempo, falaremos em outra oportunidade através desse documento por escrito.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Ex.^a um brevíssimo aparte, nobre Senador?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com o maior prazer, Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Escutei do meu gabinete a maior parte do pronunciamento de V. Ex.^a Quero confirmar o relato que V. Ex.^a faz, da intensidade do drama do povo palestino, da intensidade da violência do Estado israelense que se constituiu, é verdade, sob perspectivas generosas e humanistas no seu nascedouro; mas que na medida em que ocupou territórios militarmente, a partir principalmente da guerra de 1967, se tornou uma potência agressiva, uma potência agressora, uma potência opressora a toda uma nação, a todo um povo, que é o povo palestino. Cumprimento V. Ex.^a pelo discurso. Confirmando todos os fatos que aqui relatou. Claro que nós, à distância, pela leitura, pela convivência com esse problema, com o conhecimento que temos, sempre soubemos que as coisas se davam mais ou menos desse modo, mas não há nada como o testemunho vivo de nossa presença, não há nada como ver com os próprios olhos e sentir, como sentimos, a intensidade do drama do povo palestino. Na semana que vem pretendo ocupar uma parte do tempo desta Casa para fazer também o meu relato. Acho que a questão palestina é uma questão da humanidade, de todos os homens de bem, de todos aqueles que lutam pela paz e pela justiça no mundo. Por isso, os meus cumprimentos a V. Ex.^a pelo seu pronunciamento denso, lúcido, consistente e que é, volto a dizer, o relato fiel daquilo que ocorreu em nossa visita àquele país.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Muito obrigado a V. Ex.^a. Concedo o aparte ao nobre Senador Jamil Haddad.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Maurício Corrêa, fui um dos convidados a participar da Comitê que esteve em Israel para verificar *in loco* a situação em que se encontra o povo palestino nas regiões ocupadas. Infelizmente, por motivo de força maior, lá não pude comparecer. Mas o relato do nobre Senador Nelson Wedekin, o relato feito ontem entre quatro paredes e agora de V. Ex.^a, que o faz com grande brilhantismo do Plenário do Senado, mostra a razão pela qual pela primeira vez a Ministra Margaret Thatcher e os Estados Unidos se colocaram contra a situação de Israel em termos de repressão ao movimento palestino. Quero dizer que advogo há muito tempo o que V. Ex.^a acaba de declarar que é o posicionamento da OLP, numa assembleia com a presença de Israel de um lado, da OLP do outro, e os países membros hoje do Conselho

de Segurança da ONU. Este é o grande caminho para a possibilidade de uma paz definitiva e duradoura naquela zona, naquela região. Todos sabem que o Tratado de Balfour era para que se instalasse o Estado Palestino naquela área, mas não que fosse de lá retirado o povo Palestino que hoje vive a situação que vivia o povo judeu há tempos. Congratulo-me com V. Ex.^a pelo brilhantismo de sua colocação. Estou solidário com as palavras de V. Ex.^a

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, para concluir, gostaria de mencionar o seguinte: Israel ocupou os territórios que pertenciam aos palestinos. Para cada vila centenária, até secular, da comunidade palestina, o Estado de Israel, através da política de Shamir, colocou nas colinas um assentamento do povo de Israel — digamos, 50 famílias israelenses, 200 famílias israelenses, para 50 mil, 20 mil palestinos, que moram, geralmente, nas baixadas, nos vales, para ocupar, com esta política, todo o Estado, e tornar irreversíveis esses territórios ocupados.

Acrescento, também, que visitamos a mesquita mais famosa, mais venerada pelo povo muçulmano, a chamada Dome of Rock, ou, para nós, a Mesquita de Omar, e o Sheik nos mostrou, vimos com nossos próprios olhos, dezenas de estilhaços de bombas de gás lacrimogênio que foram lançadas num dia em que eles lá se encontravam orando. Como V. Ex.^a sabem, essa Mesquita de Omar é exatamente de onde teria saído Maomé através de uma pedra que se furou, conduzindo sua alma até o céu. Temos que preservar os valores religiosos, respeitar as religiões.

O mesmo verificamos na milenar mesquita que se localiza ao lado daquela.

Sr. Presidente, quando entrávamos em Gaza uma criança lançou sobre nosso ônibus uma pedra, exatamente na janela onde eu me encontrava, ao lado do Deputado Augusto Carvalho. Era uma criança de cerca de cinco anos, era a revolta, a indignação, era toda aquela situação que ela vivia que se transportava para aquela pedra que lançava ao nosso ônibus. É esse quadro que vimos nos palestinos desde as menores crianças de três, quatro, cinco, dez anos, até os adolescentes, velhos e mulheres. E esse quadro é que, entendemos, precisa ser resolvido através de uma conferência internacional de paz, onde se assegure a aquele povo o direito de viver na terra que foi por eles habitada desde séculos e mais séculos do passado.

Sr. Presidente, era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB — Pl. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A minha palavra hoje é apenas para condenar a política de arrocho salarial em vigor que, ao que tudo indica, vai se agravar.

Sr. Presidente, o jornal **Folha de S. Paulo**, na edição de 27 de janeiro, já dizia em manchete: "Pazzianotto acha casuismo acabar com URP". O Ministro do Trabalho diz também que as "esta-

tais devem dar o mesmo reajuste salarial que estiver em vigor para empresas privadas".

Na reportagem de Rosana Alves, lemos o seguinte:

"O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, não aceita modificações na atual política salarial baseada em reajustes mensais de acordo com a variação da URP — Unidade de Referência de Preços."

Sr. Presidente, não é só o Ministro do Trabalho, não são apenas os líderes dos trabalhadores, os sindicatos dos trabalhadores, que estão quase em pânico diante dessa política que se anuncia.

Trago aqui — e peço a atenção de V. Ex.^a — o **Jornal de Brasília** de ontem, que diz o seguinte: "Amato defende salário digno para o operário" — é o título da matéria.

Mário Amato, Sr. Presidente, não é nenhum líder de trabalhadores, quer urbanos, quer rurais. O Sr. Amato é, nada mais, nada menos do que o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Estado industrializado por excelência do nosso País. Depois de concordar que já existe arrocho salarial, Amato comentou que está retomando de viagem ao Japão, onde constatou que o salário mínimo está em torno de Cr\$ 80 mil numa fábrica e que a remuneração dos chefes chega no máximo a cinco vezes esse valor, enquanto no Brasil a diferença chega a 20 vezes.

O Presidente Amato disse ainda:

"Ou nós promovemos a harmonia entre o capital e o trabalho, dando salário digno, compatível com a dignidade humana, ou o Brasil não terá condições de progredir."

Sr. Presidente, é o Ministro do Trabalho, é o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e são os líderes dos trabalhadores que não aceitam mais essa política salarial. O Piso Nacional de Salários chegou a ser anunciado, a partir do dia 1º, com um aumento de 33%. O Governo reduziu para 25%.

No **Jornal do Brasil** de hoje lemos o seguinte:

"O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp, Mário Amato, condenou com veemência a possível extinção da URP. Adiantou que a FIESP bombardeará a medida, a não ser que o governo apresente uma fórmula alternativa de correção de salários mais objetiva, mais prática e que não prejudique os trabalhadores."

Chegamos a este ponto no Brasil, Sr. Presidente. São os líderes do empresariado que condenam a política salarial e querem evitar que essa política se agrave, porque os trabalhadores já não suportam mais, sobretudo os que estão recebendo o antigo salário mínimo, que hoje passou a se chamar Piso Nacional de Salários.

Adiante, continua a notícia:

"O possível fim da URP provocou também uma reação exaltada por parte do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, que disse o seguinte: 'Sempre que o governo muda alguma coisa em política salarial, é para pior', alertou."

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que nós do PMDB temos um programa que precisa ser

cumprido. O programa do nosso Partido, à página 34, edição de 1986, diz expressamente o seguinte:

"O PMDB defende o salário móvel. Considera que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10%, como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores."

O Sr. Affonso Camargo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Affonso Camargo — Nobre Senador, gostaria de perguntar, inclusive em decorrência das atitudes que eu mesmo tomei, se V. Ex^a tem alguma expectativa de que esse Governo venha a cumprir o Programa do PMDB?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — V. Ex^a tem toda razão. Já assinalai, aqui, que na política do setor de comunicações e em vários pontos o programa do Partido não vem sendo cumprido. De modo que o Governo, a meu ver, ou se dispõe a cumprir o programa do PMDB ou o PMDB deve se desvincular deste Governo para ficar fiel ao seu programa e às aspirações do povo brasileiro.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Pois não, Ex^a

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou ouvindo com atenção as palavras de V. Ex^a e concordo em gênero, número e grau com a sua observação. Primeiro, porque toda ela cabe perfeitamente dentro da filosofia do nosso Partido, o PMDB. Mas uma coisa fico sem entender: as posições dos empregadores sobre política salarial são de mando, são posições de determinação, deliberação. Evidentemente, o Estado não tem como impedir que os empregadores paguem bons salários. Assim, a Fiesp poderia, ela própria, dirigir a sua própria maneira uma política pela qual os empregados tivessem salários mais dignos, salários que correspondessem mais ao valor do trabalho apresentado. A política editada pelo Governo até um certo ponto, a partir dos parâmetros iniciais, a partir do mínimo, nunca acima do mínimo, nunca o máximo. Então, é evidente que o Sr. Mário Amato e todos os empregadores, todos os federacionistas, todos os dirigentes empresariais do País têm aptidão e modos adequados para imprimir, de logo, uma política de valorização salarial. A observação do Sr. Mário Amato é da maior importância; ele é um homem muito inteligente, muito hábil e também de muito pragmatismo. Por isso, ele sabe, evidentemente, o que está dizendo. Só que não há qualquer novidade nisso, pois todos sabem que, ao longo da história, o operário brasileiro foi sempre esmagado pela política salarial. Mas, essa política salarial do Governo é, sem dúvida alguma, o reflexo do capital, o reflexo do posicionamento do próprio empresário como classe especial, como elite, como força às vezes até opressora e capaz de imprimir os rumos políticos do Estado. É evidente que o Estado não pode desligar-se do interesse do empresariado; mas, neste momento em que o empresariado

grita por uma política salarial mais humana e mais correta, não há por que discordar do Sr. Mário Amato; apenas rogar a ele e aos seus que de logo iniciem os pagamentos mais justos porque a lei e o Estado não impedem que isso ocorra.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Agradeço o aparte de V. Ex^a Estou aqui, antes de mais nada, defendendo os interesses dos trabalhadores e defendendo o programa, o ideário do PMDB. Assinalai que chegamos ao ponto de o empresariado, através de seus líderes, condenar também essa política. Quero dizer a V. Ex^a que, principalmente em São Paulo, poucos são os empregados que recebem esse salário mínimo de fome. Quero ainda dizer que não só no Governo, mas também no nosso Congresso Constituinte, enquanto alguns estão condenando uma política de carga horária semanal de 44 horas, no meu Estado, um dos Estados mais modestos do Brasil, o Piauí, a Federação do Comércio, através de convenção coletiva, já estabeleceu a semana de 44 horas. Temos que ser sensíveis a essas reivindicações dos trabalhadores, seja no tocante à carga horária, seja no tocante a salários e remuneração mínima.

O Sr. Affonso Camargo — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Affonso Camargo — Esta Casa não se surpreende quando V. Ex^a, que é um antigo líder trabalhista, vem defender, aqui, os trabalhadores. Esse problema da URP é de uma injustiça gritante quando se vê o Governo falar agora em extingui-la. Porque todo mundo sabe, isso é uma matemática simples: enquanto a inflação é ascendente a URP não é corrigida de acordo com a inflação. Então o trabalhador só vai recuperar, realmente, o seu salário na hora em que a inflação for descendente. O Governo pelo menos pretende, nós temos esperança de que aconteça isso, apesar de que nada indique que isso possa acontecer. Já há um Ministro que declara que se a inflação ficar mais baixa, então a URP não pode funcionar, porque ela passa a ser inflacionária. Então, isso é um verdadeiro absurdo, quer dizer, não se pode imaginar como alguém pode fazer uma declaração como essa.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — V. Ex^a está certo. Quero, ainda, trazer o seguinte depoimento: o Governo pretende, dentro de quatro anos, assegurar um piso nacional de salários que corresponda a 100 dólares. Ora, até o ilustre colega que nos honra aqui com a sua presença, o Senador Albano Franco, Presidente da CNL, chegou a defender essa política de reposição em 2 anos. Nós, que temos idéias trabalhistas, defendemos isso, no máximo, em um ano, ou mesmo em seis meses. De modo que a política salarial do Governo está completamente errada e defasada e, antes de tudo, não é só uma política que agride o programa do PMDB, as reivindicações justas dos trabalhadores, até reconhecidas por empresários, como é uma política desumana.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. João Menezes — O Senador Cid Sabóia de Carvalho já deu um aparte a V. Ex^a que reputo da maior eficiência e abordou realmente o problema. O salário é mínimo, mas a lei não obriga e nem impede de pagar mais quem queira fazê-lo. Então os Amatos da vida não estão obrigados a pagar o salário mínimo. Funaro não está obrigado a pagar o salário mínimo, Bresser Pereira não está obrigado a pagar o salário mínimo e são donos de grandes empresas. Então em vez de fazerem essa reclamação, era muito melhor que eles agissem, trabalhassem e aplicassem aquilo que dizem e não ficasse só no jornal. Era esse o pequeno aparte que eu queria colocar no discurso de V. Ex^a

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Concordo em parte com V. Ex^a, mas V. Ex^a sabe que em toda classe há divergência. Eu não falo em classe política, mas no nosso mundo político, no nosso mundo parlamentar, cada um de nós tem suas idéias e tem seu comportamento. Na área empresarial é a mesma coisa. Enquanto alguns empresários realmente estão pagando salários condignos, inclusive para não perder bons empregados, bons servidores, V. Ex^a sabe que se nós deixarmos isso ao alvedrio de cada um, muitos continuarão pagando aquilo que o Governo estabelece como piso nacional de salários.

O Sr. Ronan Tito — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Ronan Tito — Senador Chagas Rodrigues, V. Ex^a fere o problema crucial do regime da livre iniciativa. Acho que teríamos que voltar um pouco no tempo para dar alguns dados para que fique mais fácil o entendimento sobre a política salarial do Brasil, ou melhor, sobre a relação de capital e trabalho no Brasil. Se nós pegarmos o ano de 1960, quando Juscelino Kubitschek deixou o Governo do Brasil, e dermos ao poder de compra do salário mínimo o índice 100, vamos verificar que, vinte anos após, o crescimento da economia foi de 396%. No capitalismo, quando há um crescimento da economia, agrega-se parte desse crescimento ao capital e parte ao trabalho. Pois bem. Veja V. Ex^a, durante 20 anos, eu repito, enquanto a economia cresceu 396% — e isso é crescimento para dar inveja até a japonês — o poder de compra do assalariado no Brasil não cresceu nada e decresceu 40,1%. É o maior furto que existe na humanidade! Esse furto é tão grande, Senador, que o assalto ao trem pagador na Inglaterra virou programa de "tombadinha" diante desse furto que se fez no Brasil. Não concordo, absolutamente, com a teoria de que quando se estabelece o salário mínimo todo mundo pode pagar mais. Não é possível. Há uma estrutura capitalista e essa estrutura tem a distribuição não só dos gastos, mas como também a concorrência que existe entre as empresas. Uma empresa muitas vezes quer pagar, pretende pagar e não pode pagar melhor salário ao seu empregado porque ela tem que vender o seu produto final. E o produto final é composto do custo de matéria-prima, custos financeiros e custo da mão-de-obra e o custo social. Se V. Ex^a, nobre Senador, pegar o balanço de qualquer firma nos Estados Unidos, que tenha filial no Brasil, V. Ex^a vai verificar uma

anomalia interessantíssima — interessante para nós que estamos aqui em ar refrigerado, debatendo; mas para os operários é cruel — V. Exª vai verificar, por exemplo, uma multinacional qualquer que tenha sua filial nos Estados Unidos e que tenha no Brasil, o custo social lá está em torno, normalmente, de 15 a 16%, variando, é verdade, de acordo com a atividade, e o custo financeiro cai para 3 e 4%. Aqui no Brasil é o inverso, a parte do trabalhador aqui está ficando com o banqueiro e com os especuladores. O custo financeiro sobe a cada dia e o custo social das empresas baixa. Neste Brasil nós estabelecemos o capitalismo de que quem paga tudo é o trabalhador. Qualquer crise que existe aqui nós criamos um **turnover** para botar o trabalhador na rua e com isso diminuir o pagamento do salário. O problema do salário dos trabalhadores é problema de Governo e V. Exª tem toda razão quando diz que o PMDB não está cumprindo com o seu programa, ou pelo menos quem está no poder, se dizendo do PMDB, não está cumprindo. O que nós temos é que criar uma estrutura que dê condições às empresas para remunerar mais condignamente os trabalhadores. Apenas para encerrar, um pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), José Cunha, fez uma pesquisa em 36 países, os mais desenvolvidos do mundo, e nesses 36 o país que remunera melhor o capital financeiro e produtivo é o Brasil, e o país que paga o menor salário dos 36 países é também o Brasil. Agradeço a V. Exª

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Eu é que agradeço o expressivo aparte de V. Exª

Sr. Presidente, creio que não preciso dizer mais nada, encerro aqui as minhas considerações, fazendo coro com todos os trabalhadores e os empresários conscientes deste País.

Aqui fica uma palavra de advertência ao Governo: o Governo que não venha com uma política para piorar a situação salarial, a situação dos trabalhadores e dos funcionários públicos, porque a situação, Sr. Presidente, já chegou a níveis verdadeiramente insuportáveis. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, que falará pela Liderança do PMDB.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB — PS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Contrariando meus hábitos nesta Casa, tomei a decisão de vir até a tribuna, e não falar da bancada, porque gostaria de trazer à consideração do Senado alguns elementos de reflexão que me parece sejam necessários, mormente para quem exerce as funções de Líder do PMDB no Senado Federal, e que gostaria de deixar que suas posições, aqui e na Assembléia Nacional Constituinte, se tornassem mais claras.

Quero dizer a V. Exª que o discurso que vou pronunciar vai procurar escapar das considerações mais eventuais da conjuntura, embora saiba que são essas que nos apaixonam. Mas acredito, como sinal até mesmo de respeito aos meus companheiros de Senado, que é oportuno fazer considerações num horizonte um pouco mais amplo a respeito da crise que atravessamos e das opções nacionais

O observador mais isento, olhando o Brasil de hoje, reconhecerá que a crise atual, qualquer que tenha sido sua origem, terminou por aparecer como sendo de falta de governo.

De nada adianta discutir se a crise é primordialmente econômica ou política, ou se a iminência da explosão social indica que os males se concentram na sociedade, mais do que no Estado. A crise é de governo na acepção geral: falta rumo ao Estado, carece de bússola a sociedade, os produtores debatem-se na angústia de um mercado que já não sinaliza sem os solavancos da burocracia, falta ao chefe de família (homem ou mulher) o sossego de crer que seu filho terá escola e hospital, ou, tendo-o, de crer que estas instituições funcionem.

A crise aparece, portanto, como sendo "de confiança", de "autoridade", quaisquer que tenham sido suas raízes.

Doença mais grave não pode acometer a República: é a febre persistente e alta que antes mesmo que se possa identificar a causa — se vírus ou bactérias — esturrica os miolos. Falta o essencial: a crença nos que dirigem (e, por via de consequência, nas instituições onde eles se aboletam); falta a convicção de que, obedecendo-se, segue-se determinação legítima.

Ao contrário, a convicção generalizada é a de que quem manda o faz sem zelo e que, mesmo quando apresenta o mais sedutor argumento para convencer da razoabilidade da ordem expedida, encobre e dissimula; deseja apenas que tudo funcione **pro domo sua**. Isto quando não se tem o sentimento de que quem deveria mandar se exime da responsabilidade de fazê-lo, porque nem ele próprio crê no que prescreve e na obediência dos súditos.

Exagero?

É só ler os jornais, abri-los ao acaso: são "pacotes" para a economia, em que ninguém crê; é a dança do ir e vir dos decretos que deixa os cidadãos sem saber o que vai e o que não vai valer. Que dizer então das zonas de processamento de exportações, as malfadadas ZPEs, que para um ministro salvarão o Nordeste e o País, para outro, não passarão de fonte de contrabando e de avasão de rendas?

É preciso mais exemplos? E as estatais são mesmo a fonte de todos os males? E se o forem, por que não fechar pelo menos as que nunca deveriam estar aninhadas no seio generoso do Estado, não fosse para "socializar perdas"? E acaso não foi a recusa de fechar algumas destas — mais a postergação de medidas tributárias justas — que levou o Ministro Bresser à demissão e o Presidente a recusar-se a agir?

Querem mais ainda? Que governo foi mais hesitante e contraditório no tratamento de um dos assuntos mais importantes de sua agenda econômica: a dívida externa? Quatro Ministros da Fazenda, em três anos, fizeram com que o País demonstrasse, seguidamente, a ausência de um comando central ao apresentar excessivas modificações (sempre drásticas) de sua linha de negociação com os credores. Em que país já se viu a demissão do Ministro da Fazenda no exato momento da negociação da dívida externa? Pior: com ele se foi a esperança de que os 500 milhões de dólares das reservas (aos quais se somará o bilhão de novos empréstimos) não tenham sido dados em pura perda, já que, ao que se anuncia, a "seguriti-

zação" da dívida tão apregoada há tão poucos meses não mais está colocada na mesa de negociação.

Paro por aqui nesta exemplificação macabra, não por falta de exemplos a adicionar, mas porque se esgotaria a tarde sem que eles deixassem de abundar.

E não entrarei, por respeito ao Senado, nas insinuações sobre os dossiês da corrupção. Nem importa se, de fato, são tão numerosos: o homem da rua, a mulher do trabalho, o estudante, todos estão convencidos de que a "comedeira" é geral: impiedosamente — com malícia e desinformação — não absolvem quase ninguém, quem é acusado ou quem acusa. Tudo parece "comedeira". Basta ser parte do poder ou aparentar sê-lo para que a maioria do País, afastada dos palácios, aceite a suspeita como verdadeira.

O Sr. João Menezes — V. Exª permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pediria a V. Exª que...

O Sr. João Menezes — Antes que V. Exª entrasse no particular, eu gostaria que V. Exª me concedesse um aparte. Serei breve.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu pediria a V. Exª que tivesse compreensão, eu raramente falo, e que ouvisse um pouco.

O Sr. João Menezes — Eu tenho compreensão, mas agradeceria, se V. Exª me concedesse o aparte.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu darei o aparte a V. Exª, mas gostaria, antes, de terminar o meu raciocínio.

O Sr. João Menezes — Não gostaria que V. Exª fizesse um monólogo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. Exª tem o aparte, mas peço que tenha compreensão.

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Exª está fazendo um discurso sociológico. Pelo menos, o início do seu discurso é um discurso que produza tomar a posição do País na hora atual. Nós, também, já tivemos a oportunidade de, neste Plenário do Senado Federal, V. Exª não estava presente, de falar sobre isso. Acho que o País está numa situação muito difícil. Estamos atravessando, realmente, um caos financeiro, um caos econômico e um caos político. Nós atribuímos a essa situação política final, porque houve anteriormente um desregramento na parte econômico-financeira. Quando o poder civil retomou a orientação, recebeu um saldo, em dólares (cerca de 12 bilhões de dólares), na nossa reserva e, depois, que assumiu o Ministério da Fazenda homens do Partido da maioria, isto é do PMDB, que apoiavam ou apoiaram o Governo, o primeiro o Sr. Fúaro, depois o Sr. Bresser Pereira, essas reservas foram quase a zero. Sustentamos que a parte política está no caos, nada mais é do que uma consequência do caos econômico e financeiro. É por isso que, antes que V. Exª continue no seu brilhante discurso, quero fazer essa ressalva. Acho estamos num caos em função do caos financeiro, do caos econômico e social que nos foi levado a acreditar, quase, na falência da capacidade do

poder civil, porque foi o poder civil que nos levou a esse ponto. Muito obrigado por esse aparte e desculpe-me.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Sou eu quem agradece a V. Ex^a

De toda forma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o fato é que não faltam acusações recíprocas, (como ainda há pouco no bate-boca entre o Ministério do Planejamento com seu Secretário-Geral e a assessoria do Presidente, para confirmar estas certezas).

Descrença e sentimento de corrupção generalizada, eis o que se respira neste imenso Brasil. E como já não se teme, como se temia no passado, diz-se isso às escâncaras, no bar da esquina, na fábrica, no escritório, na igreja, na repartição pública, na grande mídia, onde quer que se esteja.

Neste quadro, de que adianta perguntar "de quem é a culpa?"

Ao invés do masoquismo das "culpas generalizadas" (isto é, de culpar-se o Presidente, os Ministros, a Aliança Democrática e seus líderes, os que não foram capazes de uma oposição forte e consequente, os formadores de opinião pública, pois ninguém, mas ninguém mesmo entre os "donos do poder" está isento da culpa), é preciso propor os caminhos, o itinerário, para sair-se da crise.

Com o risco da incompreensão — e de eventual engano que quase sempre marcham juntos com a ousadia —, ousou alinhar o que me parece o itinerário (provisório) do rumo à governabilidade.

Deixo à margem o Governo: quem pode crer nele? Quem espera dele mais do que a improvisada Norte-Sul? Quem o crê com pulso até para errar?

Não será por aí que escaparemos da desilusão. Deixemos, pois, o Governo em paz: que o presidente administre como melhor lhe aprouver. Torçamos, apesar de tudo, para que acerte. E não neguemos apoio a medidas que tome em favor do Brasil. Mas busquemos noutro lado a esperança.

Volto para este Congresso. A Constituinte ainda é uma porta de saída para um futuro menos lastimoso. Mas, falemos francamente: Centrão, Centríno, fisiológicos, progressistas, históricos, histéricos, retrógrados e quejandos são, muitas vezes, denominações que encobrem a incapacidade de os Partidos serem os canais para o exercício do mais elementar dever do político: respeitar o senso comum, o bom senso do homem das ruas, sem o que não haverá representatividade, nem, portanto, democracia.

Para que prevaleça o bom senso, não é preciso muito esforço. Em primeiro lugar — mesmo com o regimento da Constituinte alterado para os fins por todos sabidos — é preciso votar logo a nova Constituição. Feita a bulha toda, crucificados Cabral, a Comissão de Sistematização, os Líderes e tudo o mais que predominou em 1987, vê-se que o "debate" é por muito pouco, embora as emendas da nova maioria desfigurem a Constituição em alguns pontos fundamentais.

Reconheçamos, de boa fé, que é preciso e é possível "enxugar" o texto constitucional. Há modos e métodos: separemos Princípios Fundamentais das Disposições Complementares, estas a serem modificadas, no futuro, se assim for o caso, pela regra da maioria absoluta, aqueles pelos dois terços da Câmara e do Senado em conjunto. Eliminemos com decisão mas sem exageros (afinal os grupos sociais se organizaram para ver algu-

mas reivindicações fundamentais — e nem sempre constitucionais — brilharem nos dispositivos da Carta Magna) o que deva ser objeto da lei ordinária. E usemos o bisturi sem dó nem piedade para cortar as benesses das Disposições Transitórias e do texto permanente: da privatização dos cartórios às zonas francas, exigindo-se, naturalmente, os concursos para qualquer efetivação de funcionários públicos.

Acaso não se pode fazer isso numa semana de boa vontade? De que valem os tonitroantes autolíderes do "Centrão" proclamarem as virtudes do liberalismo e da democracia se não forem capazes de sentar-se à mesa com os progressistas, os esquerdistas, os liberais "descentrados", com todos, para decidir o que é bom senso? O Brasil espera uma Constituição que tenha certa latitude; o País aceita como norma suprema o que noutras circunstâncias seria lei complementar ou mesmo lei ordinária; mas se impacientará com o "regulamento" alçado a condição de preceito constitucional e mais ainda com a bandalheira transformada em "direito" por duvidosas "Disposições Transitórias".

Fora disso, os pontos realmente polêmicos são escassos. A verdadeira "polêmica" não é uma polêmica, é a afirmação política dos grupos que se preparam para o exercício do poder futuro. Por normal que seja este processo, é inaceitável que, a partir do interesse em assegurar expectativas e probabilidades de mando futuro, os diversos grupos e tendências bloqueiem a decisão constitucional.

O miolo de toda a mobilização de setores empresariais, do Governo e do Centrão, em novembro e dezembro passado, foi a "questão social". Já houve quem dissesse, há muitos anos, que ela era um "caso de polícia". Hoje querem transformá-la em mero ajustamento entre as partes, sem qualquer regulamentação ou controle, fora do âmbito do Estado e da Política, portanto.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Dado o clima criado no País, a Constituição terá de assegurar direitos e definir os meios para garanti-los. Da estabilidade na relação de trabalho à aposentadoria, da imprescritibilidade dos direitos trabalhistas à distribuição da gasolina, não há como fugir destas duas regras: a modernização da sociedade obriga a definição clara de direitos: a eficiência da administração e a necessidade do crescimento econômico exigem racionalidade na prescrição dos modos e meios para que se alcance o desejável.

Que mais sobra das "polêmicas"? Onde está o aludido ímpeto "socializante" da Constituição? Acaso um mês a mais de licença para as gestantes arruinará o País? E por que há de a escola com fins lucrativos necessitar da ajuda do dinheiro dos impostos para sobreviver? Ou será que em nome da "iniciativa privada" querem-se garantir na Constituição novos cartórios?

Reciprocamente, por que não deixar à lei ordinária (e ao Governo) certa margem de acomodação na questão da saúde, onde, sabidamente, os recursos oficiais são insuficientes? Mas como afirmar isso sem, ao mesmo tempo, colocar estritas restrições à "indústria" de falsos tratamentos e operações que os hospitais da chantagem mantêm para lesar a Previdência? Quem de boa-fé acredita que a opção pela iniciativa privada na economia impõe que a "saúde" se transforme

em mercadoria? E que requeira investimento estrangeiro?

Basta a honestidade e o bom senso, repito, em tudo isso para diluir-se o que aparece como uma oposição radical entre "estatismo" e "privatismo", ou entre "excessos" de direitos e carência de meios para atendê-los.

Assumamos, pois, nossa responsabilidade como Constituintes, não em função de lealdades a grupos parlamentares ou a lobbies, mas ao eleitorado. O País precisa e espera uma Constituição logo. Façamo-la sem transformar cada item do texto constitucional numa "batalha" onde a "cretinice parlamentar" — como dizia um clássico — nos cegue ao clamor das ruas e façamos pensar que cada vírgula e cada palavra que acrescentamos ou tiramos do texto é "decisiva". Façamo-la sem modificar a seqüência lógica das votações para atender a interesses do momento.

O que é decisivo é termos uma Constituição conscientemente votada, o quanto antes, por quem para isso recebeu a delegação do eleitorado.

No Império — e Joaquim Nabuco immortalizou o tema — toda a discussão política girava ao redor da questão da escravidão. Mesmo quando nela não se tocava, era ela quem comandava. Pois bem, nesta Nova República, a verdadeira questão, a grande questão política é uma só: a das eleições diretas.

Bem sei, como todo mundo, que, eleito o Presidente, os problemas "reais" continuam os mesmos: a inflação, a dívida, os baixos salários, a falta de uma política industrial, a corrupção (e de tudo isto falarei, se tiverem paciência para ouvir-me). Mas não é neste sentido que tudo gira ao redor da eleição direta.

É por outro motivo: é que a "energia" política, a vara de condão para despertar outra vez a cidadania, para tirá-la da descrença, para, em benefício do bem público, quebrar o círculo de ferro do privado, depende das eleições para a Presidência.

Eleições já as tivemos. O Congresso foi popularmente eleito e, diga-se de passagem, para responder ao argumento capcioso: a Constituição que nos elegeu não foi a mesma que permitiu a sagração do Presidente Sarny. As reformas de abril e maio de 85 deram liberdade partidária, acabaram com a sublegenda, asseguraram acesso à mídia. Com igual força foram eleitos os Governadores. E não nos venham repetir Saldanha Marinho dizendo que houve "estelionato eleitoral" por causa do Plano Cruzado. Para começar, o Cruzado poderia ter beneficiado o PFL, partido da coligação, e se não o fez mais amplamente (como fez com o PMDB) é porque é assim mesmo que o eleitorado vota: a quente. E tal seria que, mudando a conjuntura, lá se fossem os mandatos originados noutra conjuntura. Não haveria, neste caso, institucionalização da democracia representativa, mas apenas excitação eleitoral seguida por crises de ciclotimia dos representantes.

Eleições já as tivemos, disse. Mas não a do Presidente. Para o eleitor, para o povo, a transição real consiste nisso: em escolher o Presidente. Pouco importa — e meço o que digo — se o sistema de governo é parlamentarista ou presidencialista. Para o eleitorado brasileiro, o que pode cimentar as estruturas do poder com a sociedade, o que

pode reforçar o liame entre o governo e os governados, é a escolha direta do Presidente.

A política requer símbolos, requer afeto, requer este sentimento ambíguo de respeito e amor (que pode transformar-se em indiferença ou rancor se o príncipe vacila ou erra) que só a demagogia, nas tiranias, ou a adesão racional pelo voto, nas democracias, propicia.

Hoje temos demagogia sem tirania. Melhor substituir logo esta argamassa podre pelo concreto do voto.

A Constituição colocará um ponto-final no processo de transição, tão penosamente vivido pelo País. Praza aos céus, depois, que a boa escolha do Presidente eleito ilumine o itinerário da saída da crise. Mas, independentemente do vencedor, como um imperativo político, precisamos votar logo para escolher o Presidente. Esta é a pré-condição para a retomada do rumo.

Não discuto a figura política do atual ocupante da Presidência, nem sua dimensão humana, que continua a merecer meu apreço. Nem as circunstâncias. Nada disso vem ao caso. E de pouco valem os argumentos sobre a melhor duração do mandato presidencial. Os argumentos em favor dos cinco anos podem ser fortes (e já foram meus). Só com um novo Presidente, Presidente eleito, haverá condições para recompor-se a autoridade e haverá esperança de que se dirá um basta, com força, à corrupção. A férrea lógica da legitimação do poder exige: eleições logo.

O poder político, enfraquecido pela ausência da autoridade pública e pelo consequente imobilismo da máquina administrativa, não demonstra capacidade de fazer frente aos atuais desafios políticos, econômicos, financeiros e sociais.

A restauração do poder político, para evitar o agravamento da crise, deve surgir da consulta direta ao povo, fonte legítima e soberana da vontade da Nação, por meio de eleições para Presidente em 1988, logo após promulgada a Constituição.

Façamos isto, Senador: Constituição já; eleições a seguir, e teremos cumprido a parte mais óbvia de nossa missão.

Depois disso, resta quase tudo. Hoje, falarei sobre algumas das "grandes opções" nacionais e farei menção a seus efeitos sobre a nova Constituição.

O que mais angustia hoje o Brasil em termos do seu futuro? O que subordina tudo o mais?

A angústia maior deriva da postergação cansativa e já insuportável sobre como nos integraremos no mundo contemporâneo (que já está moldando o futuro) e que tipo de sociedade construiremos.

Explico-me. É preciso tirar as consequências práticas do fato de sermos a oitava economia industrializada do mundo, e definir as diretrizes pelas quais optaremos. Por quê? Porque dispendo o Brasil de uma economia industrial, ou ele se integra no sistema mundial através do desenvolvimento da tecnologia (e da ciência, obviamente), ou, como se diz hoje, "sucateia" seu parque produtivo.

Uma coisa é produzir soja, leite, café, gado. E assim mesmo se for toscamente, porque, senão, será necessária seleção de sementes, cruzamento de raça, engenharia genética, informática e tudo o mais. Porém, outra coisa, com diferenças medidas em escala exponencial, é ser produtor

de aviões, computadores, produtos da química fina, etc.

Não há outro caminho para um futuro melhor. Não se trata do velho "crescer ou perecer". Trata-se de criar e desenvolver novos métodos e modos de produzir ou sucatear a indústria e a agricultura moderna. Não basta expandir a economia; é preciso revolucioná-la.

Esta opção pelo desenvolvimento industrial impõe hoje uma política científica e industrial ousada, um planejamento de investimentos e um grau de abertura à internacionalização do sistema produtivo que têm que ser encarados com decisão.

A política industrial hoje significa modernização e não mero protecionismo. Essa é uma verdade que precisa ser ressaltada e apoiada por todos os setores esclarecidos do País.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Pois não, Ex^a!

O Sr. João Menezes — Estou acompanhando com muita atenção o discurso de V. Ex^a e acho que há uma contradição numa afirmação que faz. V. Ex^a afirmou que não adiantará e não melhorará em nada uma eleição; que a mudança de uma eleição não afetará coisa nenhuma. V. Ex^a declarou isso. Depois V. Ex^a diz que a eleição já é um clamor popular. Muito bem, é a opinião de V. Ex^a que coloca os dois fatos em foco e diz, também, que há de se encontrar um meio para votar a Constituinte. Eu acho que sim, que deveríamos todos trabalhar nesse sentido. Por exemplo, V. Ex^a citou a disposição que concede quatro meses de licença para gestante, o que não vai influir, porque há de se encontrar um meio, e até o pedido de uma semana também para o marido ficar de quarentena com a gestante já está sendo discutido na Constituinte. O problema da anistia é outro problema difícil que V. Ex^a tem enfrentado; o problema da greve é, também crucial, e faço votos que encontremos um ponto de apoio para todas essas questões. Tivemos há pouco tempo o programa da **software**, e V. Ex^a sabe como foi a luta nesta Casa, pois, se não fosse a resistência do ilustre Senador Roberto Campos e a visão do Senador Alfredo Campos, tinha saído como veio da Câmara. O problema da **software** é que tem ocasionado a confusão neste País. V. Ex^a, agora, acaba de apontar que a informática é fundamental, e é fundamental. A informática, hoje, dá uma nova vida para o País. Agora, o que não podemos é aceitar e fazer leis em torno da informática sem que ela atenda ao princípio geral nacional ou internacional. V. Ex^a sabe que houve até uma reunião de cavalheiros na Câmara para fazer uma comissão para que se pudesse estudar novas normas para a regulamentação do projeto **software**. O que é feito disso? Não sai a Comissão e o prazo está acabando; a SEI está fazendo como quer e entende essa regulamentação. Então, veja V. Ex^a que são fatos, eu acredito que com boa vontade todos possamos resolver, o que é preciso é efetivar essa reforma. Não podemos ficar apenas dizendo que é isto ou aquilo. V. Ex^a tem feito um discurso sereno, tem dado a sua opinião em torno do assunto, mas essa dificuldade existe e se toma cada vez pior, e V. Ex^a não indica os meios de solução. Depois que o Poder Civil assumiu a direção do

País era necessário mostrar à Nação que temos capacidade de impedir que esse País viva no caos econômico, social, político e financeiro. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Se V. Ex^a me permitir prosseguirei a linha do meu raciocínio que não colide com o de V. Ex^a

O Sr. João Menezes — Acho bom V. Ex^a fazer, porque aí não se notará as contradições que está fazendo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Não quero entrar em contradição, pois me parece que dificilmente o Senado não terá entendido o que eu disse.

Faltou-nos, até hoje, a consciência generalizada deste fato e o pulso firme para definir os caminhos do futuro. Mas estes não podem ser quaisquer caminhos. Assumir a opção pelo desenvolvimento implica um processo que, à falta de um nome melhor, chamarei de "modernização", mas que na verdade é o da "globalização" da economia.

No momento em que a Europa integra seu mercado através de uma multiplicidade de **joint-ventures** com a União Soviética (inclusive com o gasoduto), em que a China se "ocidentaliza", o Japão já é parte do mundo "ocidental" e os EUA formam o grande mercado na América do Norte, juntamente com o Canadá e o México, o Brasil não pode isolar-se, de forma anacrônica, por meio de um processo ultrapassado de autarquia, com o risco de tornar-se um grande Camboja.

Não se trata apenas de desenvolver vínculos maiores com o mercado internacional (que, no nosso caso quer dizer EUA, Europa Ocidental, Japão, América Latina e África) mas de definir soberanamente nossa inserção no "sistema produtivo internacionalizado". É trata-se sobretudo da construção de uma sociedade que tem na empresa uma de suas molas, tem na organização da sociedade civil — com seus reclamos de cidadania, igualdade e liberdade — seu mecanismo fundamental.

Empresa, neste sentido, quer dizer: organização, tecnologia (portanto, criatividade) e um certo espírito de risco que só a competição assegura. A empresa pode ser privada, pública ou mesmo comunitária. Mas terá de pautar-se por estas características para ser moderna. Pode visar ao lucro por si ou tê-lo como parâmetro de racionalidade para sustentar políticas sociais. Pode até mesmo estar fora do mercado, pois hoje, tudo, mas tudo mesmo (até um partido político, um sindicato ou uma igreja), para ser moderno, depende de organização, criatividade, competitividade e de risco.

Esta opção precisa ser assumida sem ambiguidades para definir políticas que a acelerem e, por sua vez, que protejam a sociedade e o País dos efeitos negativos de algumas de suas consequências. Há dois riscos polares nesta questão: se o País não se integra à economia global, sofre a "cambojização"; se o faz sem soberania das decisões, passa a ser reserva de mercado dependente dos centros mundiais de poder.

Mais uma vez, o Brasil deve encontrar um caminho intermediário que permita a abertura soberana da economia para permitir sua modernização e integração, de maneira competitiva, na economia mundial.

Não obstante ser este o dilema crucial do Brasil, ele quase não se fez presente nos debates constitucionais. Toda a disputa amesquinhou-se no ataque dos conservadores ao "social" — às vezes confundido, de fato, por setores progressistas, com o cartorialismo e com o populismo — e na defesa de uma vaga "iniciativa privada", também esta pronta a abastardar-se, seja por defender o "atraso" como se fosse "conservadorismo", seja pelo conluio com o Estado para garantir benesses fora da concorrência.

Ora, se estivermos dispostos a essa "globalização soberana" haverá que dar lugar de proa tanto ao desenvolvimento científico como ao "desenvolvimento político", entendendo-se que só há democracia moderna sem populismo, sem que se pense nos "direitos" e "regalias" a serem concedidos pelo Estado independentemente do crescimento da produção, mas com muita ênfase no social.

Isto porque só haverá integração soberana no sistema produtivo mundial se formos capazes de desenvolver-nos científica e tecnologicamente e se dispusermos, não de uma massa de párias na sociedade, mas de cidadãos conscientes que pressionem os governos e tenham capacidade de julgar e consumir.

É exatamente na intersecção entre, por um lado, o desenvolvimento científico e tecnológico e a modernização e racionalização crescente dos serviços públicos e, por outro lado, a preservação do espaço para que a sociedade reivindique, que se insere o Estado moderno.

Ninguém, em sã consciência, pode negar o papel do Estado — do Governo e do Estado — no desenvolvimento das forças produtivas e mesmo no investimento em setores pioneiros ou essenciais da produção. Isto é tão óbvio que não deveria caber uma atitude "estatizante" (que implicaria na apropriação do excedente pelo Estado para investimento que irá competir com o setor produtivo privado) nem outra "privatizante", que acaba por se confundir com a apropriação de benesses do Estado em benefício de empresas privadas e com a ilusão de que a substituição do Estado pelo individualismo liberal e pelo mercado resolveria todos os problemas.

A história econômica brasileira mostra a constante presença do Estado como agente propulsor do desenvolvimento econômico. A antinomia "estatização privatização" é um falso problema.

Infelizmente, em nosso debate atual perdemos freqüentemente no arcaísmo. Os "progressistas" defendem o populismo e os "conservadores", o atraso. De igual modo, enquanto os primeiros acabam por reduzir suas expectativas quanto à ação modernizadora do Estado à manutenção (e às vezes ampliação) do "monopólio estatal" ou do monitoramento do mercado pelo Governo, os últimos vêm em cada ação do Estado — às vezes indispensável — uma "ameaça" à iniciativa privada.

Na conjuntura de desmoralização crescente do poder público esta mesma polarização caolha termina na discussão sobre inflação e déficit público, responsabilizando uns o déficit pela inflação e os outros achando que não há relação entre uma coisa e outra. Na prática, tanto existe a ineficiência e o desperdício do Governo (especialmente a ausência das já referidas políticas que levem, na educação, na ciência, na tecnologia, ao desenvol-

vimento econômico e, por outro lado, na saúde, saneamento, habitação e transporte ao bem-estar, quanto é sabido que o déficit, hoje, decorre em grande parte dos juros da dívida externa e da dívida interna que enchem os cofres dos prestamistas do Estado (mãos privadas). Decorre, por outro lado, de uma política de subsídios à atividade privada e de preços e tarifas dos bens produzidos pelas estatais que beneficiam, de igual modo, a empresa privada.

Ou seja, se quisermos prosseguir no itinerário da modernização teremos de reagir contra o cartorialismo e o clientelismo, que não apenas enchem de votos os políticos ligados a estas práticas, mas enchem de dinheiro os bolsos e os cofres dos homens que não sabem senão falar de "iniciativa privada", mas vivem dos favores oficiais.

Por paradoxal que possa parecer, para romper-se este círculo vicioso é preciso ao mesmo tempo vitalizar a empresa (e dotar o setor produtivo do Estado de espírito verdadeiramente empresarial), liberar o Tesouro do assédio de seus prestamistas e beneficiários e ampliar consideravelmente a área de pressão social sobre as políticas públicas para torná-las, de fato, instrumentos do bem-estar, da distribuição de renda e de melhores condições de vida para o povo.

Chame-se a isto como se queira. Com ou sem preconceitos: faz falta uma política social e democrática, ou uma democracia social, que não sufoque a empresa, que liberte o Estado das bocas privadas sequeiros de benesses e que tenha a coragem de reformar a máquina administrativa. Digamos com clareza: é certo — e não vezo da "direita" — que precisamos regulamentar menos e emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente para que ele possa pagar melhor a funcionários melhor treinados, capazes de atender não apenas às demandas das empresas, mas principalmente às da sociedade.

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Carlos Chiarelli — Ilustre Senador e Líder Fernando Henrique Cardoso, ouço com especial interesse a manifestação densa que V. Exª produz nesta manhã. Lastimo muito não poder tê-la ouvido, por razões superiores à minha vontade, desde o início mas seguramente terá sido neste permanente diapasão, com a brilhatura que lhe é peculiar e com os conceitos tão sérios e sensatos com que costuma enfrentar problemas da densidade dos que ora enfrenta. Vejo que se trata, sobretudo, da defesa do moderno e não da adoção do novo pelo novo; trata-se do esforço de distinguir, sobretudo, o que deve merecer o esforço comum para ser viabilizado, e o que deve merecer o esforço comum para ser rejeitado. Vejo, acima de tudo, que V. Exª propõe que nós tenhamos a ousadia do equilíbrio e, de certa forma, a coragem da moderação. V. Exª defende reformas e transformações, mas não as quer por caminhos revolucionários e contundentes, ainda, muitas vezes, as queira tão profundas e tão valiosas, mas que não sejam geradoras de traumatismo. E vejo que V. Exª quer colocar o Brasil no lugar que ele precisa estar na cronologia do desenvol-

vimento. Com especial enlevo ouvi, com relação ao nosso passo rumo ao novo milênio, que precisa ser dado hoje, no campo da tecnologia, quando se refere à informática, à biotecnologia, a tantos aspectos que são fundamentais para que o País possa efetivamente ganhar a sua emancipação concreta e cabal sem xenofobias, mas com capacidade de proteger os seus interesses legítimos, no concerto internacional. Mas o que me traz a este aparte, além de cumprimentá-lo pela manifestação, é para dizer que se trata de uma peça que, mesmo havendo alguns pontos, eventualmente, de discordância doutrinária, fará parte do acervo dos trabalhos mais elevados que pudermos testemunhar neste plenário. Gostaria, também, de meparabenizar por saber que V. Exª é um propagador, um defensor e talvez um paladino — com o brilho que lhe é peculiar — dos princípios do social-liberalismo. V. Exª deixou bem claro que reage contra a figura do liberalismo tradicional, que via no Estado a figura, apenas, do distribuidor de justiça e da manutenção da segurança pública — o Estado gendarme; que V. Exª reage contra as perspectivas de uma estatização ampla e quase generalizada e que quer conjugar, como convém a uma proposta moderna, as idéias da liberdade, os princípios de fraternidade e os ideais de oportunidades iguais, dentro de um Estado que se responsabilize pelas atividades pioneiras e estratégicas, ao lado da perspectiva do mercado concorrencial aberto, bem como as garantias indispensáveis a serem preservadas, de segurança e seguridade social, as conquistas preservadas no campo trabalhista e associativo, ao lado de ao que corresponda à livre iniciativa. Parece-me que este, realmente, é o caminho da sociedade, aqui ou em qualquer lugar do mundo, desde que queira ser pluralista e democrática, para ser moderna. Ouço, pois, a sua lição, os seus ensinamentos e as suas propostas políticas com muito interesse, Sr. Senador, mas ouço-a com muita satisfação por participar de um Senado da República que tem homens com a lucidez e com a seriedade de V. Exª

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado pelo aparte de V. Exª que só me envia. V. Exª tem demonstrado, aqui neste plenário, V. Exª sim, uma imensa capacidade de equilíbrio e o fato de sermos Líderes de Partidos eventualmente aqui e ali, em competição, nunca me privou da satisfação de vê-lo sempre defendendo, com muita propriedade, os pontos de vista de V. Exª

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Exª me permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Exª está produzindo um discurso de extraordinária relevância e o ouvimos atentamente e preocupados em que somente agora discussões dessa natureza tenham podido vir à luz. Perdemos virtualmente um ano em discussões outras, enquanto nós atrasávamos em face do volume de modernização que temos pelo mundo afora. Acredito, nobre Senador, que o fato de o Senado ter passado um ano virtualmente fechado é responsável por essa situação e que seu discurso tão importante chegue, de certa for-

ma, a destempo, porque não houve oportunidade e V. Ex.^a não teria um outro foro para produzir um discurso tão denso, tão sereno, tão aplicado, em meio à poluição que pervaga pelos corredores do Congresso Nacional neste momento. O Senado é um fórum adequado para a discussão dessa natureza, no momento, que nós atravessamos. Gostaria apenas de fazer uma observação que chamaria de liberal, em face da questão do Estado que V. Ex.^a suscitou. É preciso ter uma certa cautela no dimensionamento das coisas. V. Ex.^a tem uma preocupação de que não haja um avanço cartorialista do setor privado sobre o Estado, mas deve ter, também, um cuidado reverso. V. Ex.^a há de se dar conta que hoje, no Brasil, 60% da formação bruta de capital já corre por conta do Estado e de que as empresas estatais movimentam recursos cinco vezes maiores do que o próprio Orçamento da União. Agora, tomem-se, por exemplo, certos fundos privados que são apropriados pelo Estado e que não são insignificantes. A Presidência Social, por exemplo, é um fundo da ordem de um trilhão e 600 bilhões de cruzados. Ele é todo um fundo privado, pago exclusivamente pelas empresas e pelos trabalhadores. Desse um trilhão e 600 bilhões de cruzados o Estado participa apenas com sete bilhões de cruzados. No entanto, apropriou-se da administração, da gestão, da fiscalização interna e externa e de toda a manipulação a que se sente com direito. V. Ex.^a há de convir, também, que o ponto de vista liberal não diz respeito apenas à questão de disputa de espaços entre o setor privado e o setor estatal, mas ao controle do Estado pela sociedade. Essa é a verdadeira questão do Estado que os liberais colocam à consideração de V. Ex.^a Essas empresas estatais onde está efetivamente o núcleo do poder que mobilizam recursos cinco vezes maiores do que o Orçamento da União, essas empresas se transformaram em verdadeiros feudos, verdadeiros mandarinatos, verdadeiros xogunatos, inteiramente impermeáveis e inacessíveis à consideração da Nação através, sequer, da sua representação política, que é o Congresso Nacional. Jamais um orçamento de uma empresa estatal passou pelo crivo da sociedade. V. Ex.^a sabe instintivamente da Educação. V. Ex.^a poderia dizer de cor e salteado como se discriminam as despesas do Ministério da Saúde. Mas V. Ex.^a não tem condições de dizer qual é a programação de investimentos da Companhia Vale do Rio Doce ou da Petrobrás, ou da Eletrobrás, ou o que quer que seja. Somente nos damos conta dessa situação quando encontramos os rombos extraordinários a que a imprensa alude, vez por outra. O caso do setor elétrico, por exemplo, é flagrante, é um caso extremamente grave, em que temos um setor monopolista que lida com uma mercadoria de consumo compulsório, que faz reajuste das suas tarifas, obrigatoriamente, por força de acordo internacional e o Banco Mundial faz o reajuste sempre acima da inflação, que tem direito a um crédito subsidiado, que tem condições para avançar sobre as "burras" do Tesouro e que, ainda assim, é inadimplente para uma sociedade que, lamentavelmente, se encontra numa fase de recessão e depressão. Se o Brasil estivesse crescendo a taxas históricas, a falha do setor elétrico seria muito maior do que a que hoje apresenta, apesar de ser um setor inteiramente inacessível, impermeável ao concurso e à participação da socie-

dade. São estes fatos, o controle da sociedade sobre o setor estatal e o avanço efetivo do Estado sobre áreas que são privadas, que preocupam os liberais. Fora estas objeções, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, quero louvar este discurso, principalmente pelo caráter inovador, pela criatividade que V. Ex.^a introduz, nesta manhã, ao discurso político no Brasil. Este é o discurso do fim do século, este é o discurso da atualidade, este é o discurso que deve presidir, daqui por diante, as nossas preocupações ou os nossos cuidados. Concordemos ou não com o que V. Ex.^a está dizendo, nós temos muito que refletir.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço a V. Ex.^a pelas referências que me faz e quero tornar claro o meu pensamento sobre a matéria que V. Ex.^a mencionou com respeito à questão do controle das empresas estatais pela sociedade. Há muitos anos, em trabalhos vários, cheguei até a cunhar uma expressão que se chamava "burguesia de Estado" e o fiz sabendo da contradição, nos termos que aí está, e o fiz com ânimo crítico, para criticar a verdadeira privatização dos setores da economia estatal através das burocracias das próprias empresas, que não têm a minha simpatia. Minha simpatia é toda ela para o controle que a sociedade há de exercer sobre as empresas de Estado.

Esse controle torna as empresas, ao invés de serem estatais, em empresas públicas, o que é diferente. O nosso problema hoje é de transformar as empresas estatais em empresas públicas, o que quer dizer, transformar em empresas cujas decisões venham a ser transparentes à sociedade e, de alguma maneira, controladas pela sociedade, que seja pelo Congresso, que seja pelos trabalhadores, que seja pelos funcionários. V. Ex.^a mencionou a Previdência: não há nenhuma razão para que tudo isso não seja mais visível. Portanto, não sou defensor, nunca fui defensor de uma economia opaca, na qual realmente a burocracia se encastra nas empresas e vai atuar, como se fosse empresa privada, às vezes em detrimento das empresas privadas, porque obrigadas da concorrência. É uma confusão supor-se que a defesa, a **outrance** de qualquer forma de estatismo, tenha alguma coisa a ver com progressismo. A meu ver, se não existir simultaneamente um controle por parte da sociedade, temos uma deformação de todo esse setor o que não quer dizer que as empresas não sejam necessárias, o que não quer dizer que em setores essenciais elas não desempenham um papel crucial também, o que não quer dizer que elas não sejam molas do desenvolvimento econômico. São aqui e já o foram em vários países. Mas o que aconteceu nesses outros países que se democratizaram é que houve uma maior transparência desse setor estatal, nós precisamos dessa transparência no Brasil, também.

O Sr. Ronan Tito — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Ronan Tito — Caro Líder, há poucos dias, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte — se não me engano —, o Deputado Artur da Távola começou a sua peroração perguntando se havia naquele plenário ambiente para uma reflexão, para falar sem gritar, para estimular o pensamento. V. Ex.^a prova que isto é possível aqui,

no plenário do Senado. Não vou repetir todos os encômios tecidos pelos Líderes do Partido da Frente Liberal, quero apenas dizer que faço coro com todos os elogios que foram feitos. A maior virtude do discurso de V. Ex.^a é nos convidar à reflexão. O discurso de V. Ex.^a é crítica, mas é principalmente autocrítica. E, se ele é grande na crítica, ele é imensurável na autocrítica. É o momento de reflexão, de pensamento; é o momento de perplexidade em que vivemos. Saímos do sistema autoritário, ditatorial, estamos um pouco perplexos nessa transposição. Mas V. Ex.^a tem, no momento em que nos alerta para o novo mundo que está surgindo, o momento alto do seu discurso, quando diz que temos que olhar para o futuro, para uma nova época. Tem toda razão V. Ex.^a, nobre Líder, porque, se no passado vivemos na época da agricultura, quando praticávamos a agricultura, a vida da agricultura, tínhamos que nos referir sempre ao passado. O que faziam os nossos pais? Como agiam os nossos avós? Veio a era industrial e passamos a refletir, hoje, no que a sociedade exige. O que a sociedade quer hoje? Agora, não, Excelência, agora temos que pensar: estamos vivendo a era da cibernética, temos que fazer a prospecção, temos que começar a perguntar o que o mundo quer, no futuro. E o futuro está aqui, o futuro é amanhã. Parabéns V. Ex.^a pelo discurso, mas principalmente por essa estocada que nos dá, em todos, para que paremos um pouco e façamos a nossa reflexão e, a partir daí, coloquemos a nossa contribuição na Assembléia Nacional Constituinte, mas também no Governo de José Sarney. Agradeço a V. Ex.^a

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sou eu quem agradeço a V. Ex.^a e especialmente por ter recordado que, em grande parte, o que digo é autocrítico, autocrítico no sentido pessoal e também nas nossas posições globais no processo político brasileiro. Agradeço muito a V. Ex.^a

Dou o aparte ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou ouvindo V. Ex.^a com muita atenção e o seu discurso prova que esta Casa, e não somente ela, todo o Congresso Nacional, está apto a aprofundar-se, como se aprofunda nesta manhã, nos grandes questionamentos que variam, desde uma colocação sociológica a uma colocação filosófica. V. Ex.^a exhibe não apenas a habilidade do sociólogo, mas a habilidade do filósofo social, porque a Sociologia, outra coisa não é, senão a maior das ciências sociais, com toda a certeza. V. Ex.^a tocou em pontos que me parecem da maior importância, por exemplo, esse conceito de Estado que se procura reformular ou, se não reformular o conceito, pelo menos reformular o Estado mesmo. Na verdade, o Estado é a sociedade juridicamente organizada para controlar essa mesma sociedade. Hoje falamos na sociedade controlar o Estado. Ontem nós falávamos no Estado constituído, representando a sociedade juridicamente organizada, para governar-se. Seja qual for a concepção de Estado, é evidente que a sociedade sempre tem chegado a esse monstro diretor, a esse monstro que nos dirige. O modo de chegada é exatamente o sistema democrático, pelo qual as pessoas se sucedem nos postos diretivos, as pessoas se sucedem no poder. O poder é alta-

mente capaz de danificar a sensibilidade dos governantes, e aqueles que se demoraram no poder, os que se demoraram representando as aptidões do Estado, cuidaram de ampliar o Estado, de tal modo, que tivemos distorções, como, por exemplo, naquela teoria que levou o Estado a disfarçar-se em pessoa privada, nascendo a empresa pública regida sob critérios do Direito Privado mas gozando de todo o poderio advindo do Direito Público, aquela figura mista que proliferou na França e que veio tocar no Brasil, de modo violento. Talvez essa distorção, do Estado disfarçado em pessoa privada talvez esse surgimento de empresas nesse setor é que tenha gerado isso que agora leva o Brasil a uma crise moral, a uma crise moral, a uma crise econômica que V. Ex.^a tão bem aborda. A eleição é o modo de chegada da sociedade ao Estado, se não fora a eleição, nós que falamos hoje aqui, não seríamos expressões do Poder Legislativo. V. Ex.^a coloca bem a aspiração popular de querer eleição, porque é o exercício da democracia e isso é inquestionável, muito embora reste o aspecto da oportunidade e também do respeito à ordem legal ainda vigente, como itens para o exame mais aprofundado. V. Ex.^a me deixa orgulhoso de ser seu liderado, exatamente aquele orgulho que sentimos, nesta hora, de encontrar o nosso Líder mostrando a sua inteligência, a sua cultura, a sua capacidade de crítica, a sua humildade que o leva a uma autocritica e isso, Ex.^a, engrandece esta Casa e ressalta a grandeza particular de V. Ex.^a Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Sou eu que agradeço a V. Ex.^a, especialmente pelos comentários na perspectiva jurídica dos mesmos problemas que tentei levantar com relação ao Estado.

O Sr. Almir Gabriel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Almir Gabriel — Não tenho palavras, nem em quantidade nem em qualidade, para aumentar ou qualificar os elogios que já foram feitos ao seu discurso e à sua posição. Como o Senador Ronan Tito, eu ficaria respaldando e assinando em baixo tudo o que foi dito a respeito do discurso que V. Ex.^a está fazendo neste momento. Creio que repito o dizer de várias oportunidades, que não acredito que possamos viver o momento constituinte se tivermos estabilidade econômica, social, institucional e política. Só estamos vivendo o momento constituinte exatamente porque todas essas instabilidades perpassam a vida do País. A reflexão a que V. Ex.^a nos convida é no sentido de que este momento constituinte seja visto não como uma forma de arrumar uma casa velha e antiga, mas como uma forma de organizar uma sociedade, segundo um mundo absolutamente novo, que não pode se ater a ideologias já estereotipadas, segundo um futuro que será construído para a humanidade. Esta reflexão exige dos estadistas e dos grandes líderes a responsabilidade de iniciarem esse tipo de discussão mais ampla. Do contrário, ficaremos em discussões menores. Admitindo que as oposições reais estejam em problemas absolutamente pequenos e mesquinhos diante da grandeza do destino do nosso País, diria que temos, sem dúvida alguma, uma

responsabilidade muito grande. Na medida em que vivemos a fase da energia atômica, nós também vivemos a fase do tapace. Nós vivemos momentos que acontecem dentro do Sul, Sudeste e que não se refletem na Amazônia, no Centro-Oeste. Na verdade, nós somos de uma Inglaterra, em que o problema que acontece em Londres tem uma distância no tempo, mas não mais no tempo de 50 anos, sobre as cidades mais distantes da Inglaterra. Nós não temos nenhuma coisa que aconteça em Paris que seja de uma distância no tempo maior do que 50 anos de qualquer cidade francesa. Nós temos, sim, uma sociedade, um país extremamente complexo e que exige exatamente esse tipo de reflexão que V. Ex.^a está fazendo nesse momento. Por isto, considero que a postura que V. Ex.^a assume agora, quando nos chama para essa reflexão, é da maior importância histórica para este País. E é preciso, é imperioso que essa reflexão se passe para toda a sociedade brasileira, especialmente para os Constituintes de hoje, no Brasil. Só assim nós responderemos à esperança, que é o grande tema do discurso de V. Ex.^a Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDO-SO — Muito obrigado, Senador Almir Gabriel.

V. Ex.^a mencionou uma questão que é essencial, a qual me dirigiria em seguida, aqui neste plenário. É a questão de que o Brasil é uma sociedade altamente heterogênea e que nós não podemos fazer qualquer reflexão sem mencionar essa heterogeneidade, que implica também momentos históricos muito distintos, em ritmo mesmo de evolução histórica distinta no próprio País.

Este ponto é central e se V. Ex.^a me permitem, antes eu dar um aparte, que darei com gosto ao Senador Leite Chaves, se V. Ex.^a me permitem, gostaria de dizer que, quando mencionei a necessidade de políticas sociais, de uma democracia social, de uma social democracia — o nome não importa — ou até mesmo aqueles que tenham uma visão mais revolucionária do processo, ou outros mais conservadores, nós temos que nos entender a respeito de certas medidas. Por quê? Porque este mesmo processo mencionado pelo nobre Senador Almir Gabriel não está apenas nas áreas longínquas do Brasil.

Detenhamo-nos um pouco mais na questão da implantação de uma democracia social.

Como se não bastassem os sinais de "desgoverno" ao nível do Estado, também a sociedade manifesta traços inequívocos de anomia. Em certas áreas do País — especialmente nas grandes concentrações urbanas — vive-se um clima de "guerra civil" larvar. Só que sem objetivos políticos. Não se trata da Revolução, esperada por alguns setores, nem mesmo da sublevação às cegas que a miséria às vezes propicia. Trata-se da existência de áreas nas quais a contravenção, o tráfico de drogas e o crime organizado, ao lado da ladroagem, do desespero a que o desemprego leva e da desorganização da sociedade maior, acabam por criar sua própria "lei".

O espetáculo dos morros e favelas do Rio de Janeiro, mais armados que a própria polícia, de delegacias que têm que ser vigiadas pela Polícia Militar para evitar roubos, dos assaltos incessantes em São Paulo, das zonas de garimpo nas quais quando o Estado quer impor-se ele próprio assassina, como em Serra Pelada, do contrabando nas

fronteiras, da violência rural como no Bico do Papagaio, dos presídios que se transformam em escolas de crime, que são isolados a força do resto da sociedade e onde vicejam os motins controlados à bala, tudo isto é deplorável e perigoso porque é demonstração cabal da existência de um processo de anomia social.

Some-se à já mencionada corrupção — nas variadas formas, desde as "mordomias" até os crimes "de colarinho branco" — e tem-se um quadro sombrio do "outro Brasil". Há desgoverno no Estado e anomia na sociedade.

No fundo, portanto, é esta a grande opção: ou o Brasil se desenvolve economicamente, o Estado moderniza e o País opta por políticas sociais e econômicas que redistribuam a renda e aumentem o bem-estar do povo, ou virá, não mais a "Belíndia" — a pequena "Bélgica" do Sul encravada no coração da "Índia" do Nordeste — mas uma Nigéria, despedaçada entre suas regiões desigualmente desenvolvidas, ostentando a miséria de Bangladesh e mantendo os objetivos do Camboja dos Khmer vermelhos que queriam isolar-se do mundo.

Sem desenvolvimento com integração soberana à economia global, sem a modernização do Estado para assegurar a implantação racional de políticas sociais, o País não escapará da pobreza. Não basta, entretanto, crescer economicamente: é preciso dar uma guerra sem tréguas à miséria. Não basta falar: o emprego precisa ser expandido, os salários reais aumentados. Não se fará isto sem que se ponha um ponto final na corrupção e nos privilégios da riqueza, que andam juntos.

É este o desafio. E é para a modernização do País e o fortalecimento da democracia social que devemos escrever a nova Constituição. Seria fastidioso analisar ponto por ponto os projetos, tanto o da Comissão de Sistematização quanto o do Centrão, para mostrar em que artigos e incisos ambos se distanciam (por razões opostas) da filosofia progressista, democrática, moderna e de integração soberana ao sistema produtivo internacional que eu apenas esboço neste discurso.

É fácil cotejar as propostas e ver que, em inúmeros pontos, por medo da xenofobia cai-se no *laissez-faire* ineficaz (e vice-versa); por medo da participação popular volta-se à proposta de uma democracia representativa sem presença de formas inovadoras de integração entre a sociedade e o Estado; por medo do estatismo recusa-se ação do Estado onde ela é indispensável. E, o que é triste, coincidem ambas propostas onde não deveriam: no populismo pseudo-redistributivista e na manutenção de aspectos corporativos altamente nocivos à modernização do País. Existe esta coincidência melancólica no que se propõe para os sindicatos, na defesa de regulamentações excessivas, na proteção de categorias especiais de servidores e de profissionais, no corporativismo larvar, em suma.

Ao invés, o País reclama maior participação da sociedade nas decisões políticas, menos regulamentação, mais competição pelo mérito e não protecionismo clientelista, impostos mais progressivos votados pelas Assembléias e menos "compulsórios" que acabam penalizando apenas as classes médias e os trabalhadores, mais Previdência Social justa paga por quem pode e não por quem necessita. Tudo isto requer uma social-democracia moderna.

Em resumo, até aqui apresentei três opções como requisitos básicos para que o País continue a desenvolver-se:

1. Integrar-se, soberanamente, na economia internacional e desenvolver o "espírito de empresa".

2. Optar pela modernização das relações entre Estado, empresa e sociedade. Para isto, além da valorização de uma política educacional e científica que forma cidadãos e desenvolva a criatividade tecnológica e social, é necessário delimitar com clareza as áreas de investimento público e as formas de cooperação entre este e o setor privado, assegurando-se as condições de reprodução para o capital nacional e de cooperação como investimento externo, sem xenofobias nem submissões.

Por outro lado, é indispensável assumir o princípio da separação entre o Tesouro e o interesse das empresas e dos cidadãos, como pre-condição, inclusive, para o controle efetivo do déficit público e para a moralização da vida pública.

3. Optar pela democracia social, que tem como pre-condição a modernização do Estado, a partir de uma reforma profunda do aparelho burocrático para aumentar sua eficiência, permitindo que a ação do governo seja isenta de populismo e venha carregada, de fato, da vontade de melhorar as condições de vida do povo. Este é hoje um imperativo moral: o Brasil já atingiu um patamar de riqueza e desenvolvimento econômico que torna criminosa indiferença das elites diante da miséria.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Ex^a

O Sr. Leite Chaves — Senador Fernando Henrique Cardoso, ontem, sugeri que V. Ex^a, como Líder, que proferisse algum discurso de análise dessa situação nacional e V. Ex^a está-se saindo maravilhosamente bem. Congratulo-me com V. Ex^a. Parece-me que V. Ex^a, talvez antes desse discurso, tenha lido o livro *Perestroika*, de Mikhail Gorbachev e tenha lido recentemente, também, um livro de autor americano que saiu chamado *Nega Treud*, quer dizer, as grandes tendências de uma sociedade moderna em dificuldades, como são as dos Estados Unidos. E, realmente, V. Ex^a colocou pontos de reflexão. A minha preocupação, em relação à Constituinte, é que estamos fazendo uma Constituição não para um estado capitalista, estamos fazendo uma Constituição, se o projeto do Centão for aprovado, para um estado medieval, feudalista. Então, V. Ex^a se houve muito bem neste particular considerando uma parcela desenvolvida da sociedade brasileira. Mas, 80% estão no abismo, no fosso. Espero que V. Ex^a tenha a oportunidade, também, de, em outro discurso, considerar esse aspecto que no final, está abordando. Concordo com muita coisa, mas nós somos esses dois "brasís", um de 10% nessa situação das grandes nações do mundo e 90% na situação mais miserável, mais empobrecida, pungente, abjeta. Em todo caso, nobre Senador, V. Ex^a iniciou, nesta Casa, discurso de reflexões e acho que o Plenário do Senado voltará a ser o auditório ideal para isto, porque, na Constituinte, dado o fracionamento do tempo e dos temas não se tem oportunidade para isso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço a V. Ex^a e tem razão V. Ex^a. Por escassez de tempo limitei as minhas considerações a temas que dizem respeito às grandes opções nacionais, mas, obviamente, tenho aqui uma parte desenvolvida sobre as consequências disso sob o ponto de vista nacional e que já foram aqui abordadas por V. Ex^a e pelo nobre Senador Almir Gabriel.

O Sr. Mauro Borges — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer, Ex^a

O Sr. Mauro Borges — Senador, ouvi, como todo o Senado, com a maior atenção o seu magnífico discurso que marca, sem dúvida, um alto ponto nas nossas lides parlamentares. V. Ex^a tem toda razão, no que disse e já foi por demais elogiado aqui por figuras das mais destacadas do Senado da República. Entretanto, quero deixar aqui a minha modesta aprovação, o meu entusiasmo pela sua verdadeira demonstração ou explanação em que abrange praticamente todos os ângulos políticos, administrativos, filosóficos de uma conduta da sociedade e do Estado. V. Ex^a manifestou uma profunda sabedoria alicerçada sobretudo na tolerância política e humana. Acredito que o seu discurso vai servir de reflexão e de revisão mesmo para a nossa atividade parlamentar. Como disse o nobre Senador Carlos Chiarelli, V. Ex^a teve a maior das coragens, a da moderação. E também como disse o nobre Senador Leite Chaves, estamos em uma época realmente inovadora quase que em uma renascença do pensamento e V. Ex^a não copiando, mas de qualquer maneira por essa influência mundial do pensamento, é um homem de vanguarda e que não está copiando a *Perestroika*. Sem dúvida nenhuma, este livro reflete uma revisão muito importante no pensamento do mundo moderno. V. Ex^a está fazendo para nós aqui uma coisa muito mais ampla do que a *Perestroika*. Os meus cumprimentos, pois, e os nossos aplausos e incentivo para que prosiga nessa rota.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu é que agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Mauro Borges. Tenho ouvido muitos discursos de V. Ex^a neste Senado e V. Ex^a aponta no mesmo rumo, não só da moderação, como da modernidade. Agradeço a V. Ex^a

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essas eram as considerações de ordem mais geral que eu queria trazer.

Deixei para o encerramento deste discurso uma breve incursão no outro tema polêmico que me parece essencial no debate sobre as opções par sairmos da crise: parlamentarismo ou presidencialismo?

Francamente, no fundo da questão o que existe é, de novo, o problema da modernização das instituições de governo. Os governos militares legaram-nos um Estado altamente centralizador e um arremedo de presidencialismo que tem sido batizado de "imperial". Só que nosso "presidencialismo imperial" é uma fachada. Por trás dela se esconde a ineficiência administrativa, o predomínio insolente de uma burocracia que em seu braço tradicional é preguiçosa e incompetente e no

seu braço modernizado é tecnocrática, vinculada freqüentemente a interesses privados.

Criamos assim um "sistema" no qual tudo — ou quase tudo — depende do Presidente. Este não conta propriamente com um Ministério, mas com ministros isolados em suas repartições, mordidos pela intriga (alheias e às vezes próprias), temerosos uns dos outros e todos da opinião pública, da qual escondem seus atos. E, salvo nos setores profissionalizados da burocracia (nas Forças Armadas, no Itamarati e em algumas repartições e agências da área econômica do Governo) o Presidente não pode contar com ação pronta e competente da máquina do Estado.

Pode haver situação pior?

O Congresso — do qual se originou a força política e a legitimidade relativa do atual Presidente — está distanciado do exercício do governo. Funciona como caixa de ressonância dos reclamos populares e da sociedade: não é, portanto, solidário (nem dele se requer isso) com as decisões do Governo em com seu Chefe.

Congresso operando nestas condições, já o disse Max Weber, sendo em termos técnicos, politicamente irresponsável, só pode apelar para as armas da adulação e da demagogia. Ora, adulação e demagogia (mesmo oposicionista) eram formas relativamente satisfatórias de ajustamento do Congresso no autoritarismo, quando a sociedade se dividia entre os beneficiários do regime e seus ferrenhos adversários. Hoje o País pede mais aos parlamentares: pede responsabilidade, decisões normativas e fiscalização dos atos do Governo.

Por tudo isto, eu, que até há bem pouco tempo terçava os argumentos usuais em favor do presidencialismo (sobretudo porque temeroso da oligarquização do Parlamento e porque desejava de um Executivo audacioso na luta contra as desigualdades), opto agora pelo parlamentarismo.

Ao contrário do que acreditava, até há pouco, penso que para quebrar o molde autoritário do Estado, com as características gerais que apontei de um Presidente todo-poderoso na aparência, mas sem ação político-administrativa sustentada pelo Gabinete ou pelo Congresso e, portanto, prisioneiro da burocracia, é necessário, também neste aspecto, "ocidentalizar" mais nosso sistema de governo, afastando-nos do presidencialismo caudilhesco a que as instituições do governo reduziram, em quase toda a América Latina, a herança da revolução democrática americana.

A experiência destes anos de Nova República me mostrou, por outro lado, que o presidencialismo impede que os Partidos se desenvolvam. Mesmo um Presidente não caudilho, como o atual, acaba por ceder e encorajar a formação do "seu" Partido. Cria-se assim este panorama de uma "maioria" argamassada pelo Executivo e de uma "minoridade", gata borralheira da história. Não subsiste portanto o argumento usado para criticar a implantação do parlamentarismo, que insiste na inexistência de Partidos: ou se rompe o círculo vicioso que impede o fortalecimento dos Partidos ou dobraremos o século queixando-nos da fragilidade deles.

De igual modo, o presidencialismo, tal como o temos (e será igual com qualquer outro que inventemos), vive da burocracia e do clientelismo e faz com que ambos vicejem, pois deles advém a força do Executivo para submeter os Partidos.

Se não alterarmos o sistema de governo dificilmente o sistema político-administrativo terá estímulos para romper o clientelismo.

É preciso que o País dê o passo: descentralizemos o poder; fortaleçamos os Municípios e os Estados, através de uma adequada reforma tributária como a que o projeto constitucional propõe e, sobretudo, não "submetamos" o Executivo ao Legislativo, mas criemos formas e mecanismos de governo que solidarizem ambos ramos do poder democrático.

Um parlamentarismo compatível com um Presidente popularmente eleito e um Executivo sustentado por uma maioria parlamentar tornará mais forte e mais responsável o regime, ao contrário do que os adversários do parlamentarismo têm dito. E poderá criar um sistema de governo mais sintonizado com uma sociedade pluralista — que requer sempre e a todos os níveis a negociação — e mais capaz de enfrentar crises, a começar pelo social, porque mais sensível a ela, dada sua maior proximidade com a representação popular.

O conservadorismo de grande parte de nossa sociedade, agravado pelo autoritarismo de nossas elites dirigentes, é incapaz de conceber um sistema de governo no qual convivam o princípio da eleição direta do Presidente com a existência de um gabinete que precisa, para sustentar-se, da maioria parlamentar.

Por quê?

Acaso não é mais estranhável a existência de um ministério nomeado discricionariamente pelo Presidente, escolhido entre os áulicos e os donos não eleitos do poder, quase sempre em choque com a representação da sociedade na Câmara?

E por que não se há de admitir que um Presidente eleito assuma a chefia do Estado e — com as inúmeras e importantes atribuições político-administrativas que lhe são asseguradas no projeto constitucional — exerça o verdadeiro poder da moderação, podendo, em circunstâncias dadas, dissolver a Câmara?

A sociedade moderna é demasiado complexa para ser controlada pelo sistema unipessoal. Mesmo nos Estados Unidos — único exemplo de país desenvolvido e democrático onde o sistema de governo é presidencialista — ocorreu a atrofia do Executivo e a expansão dos âmbitos reguladores da Suprema Corte e controladores do Congresso.

Entre nós, dada nossa cultura política centralizadora e mandonística, o modo pelo qual poderemos romper o molde autocrático do Estado é um só: parlamentarismo. Caso contrário continuaremos a ter um Congresso sem força, disposto à demagogia e obrigado à transação com o Executivo para manter sua clientela. Só a introdução do parlamentarismo, que deve vir junto com a obrigatoriedade dos concursos para nomeação dos funcionários e a implantação das carreiras, pode quebrar o clientelismo. Ao dotar os parlamentares de responsabilidade na sustentação das decisões do Gabinete, o parlamentarismo, por outro lado, leva-os a definições político-doutrinárias, que são condições necessárias para que os Partidos realmente existam.

No sistema parlamentar proposto não é apenas necessário, mas é indispensável que o Presidente seja eleito e exerça um papel fundamental na condução política do País, do mesmo modo que a

administração, ao invés de ser controlada pela burocracia, deverá ser conduzida, não por políticos, mas por políticos.

É frágil o argumento — que medra apenas quando sustentado pelo autoritarismo — que insiste na comparação entre o total de votos requeridos para a eleição do Presidente versus a votação do Primeiro-Ministro. O Presidente obterá enorme massa de votos porque o sistema eleitoral em dois turnos assim o exige, como hoje os Senadores de certos Estados populosos, quando não eleitos pela sublegenda, também os obtêm, sem que disso se deduza serem eles "de primeira classe" em contraposição aos demais, pelo absurdo do argumento.

Mais ainda, no sistema parlamentar a contraposição (desnecessária e sem sentido) entre o número de votos deve ser feita entre o Presidente e a Câmara (ou sua maioria), uma vez que não é o Primeiro-Ministro, mas o Parlamento quem, formalmente, detém o poder político-administrativo.

Uma última palavra sobre esta matéria. Como representante de São Paulo não posso deixar de colocar um condicionante à aprovação do sistema parlamentar: é preciso que se estabeleça a representação dos Estados proporcional ao eleitorado para evitar a distorção hoje existente da sub-representação dos Estados mais populosos.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — Gostaria apenas de juntar um adjetivo à exposição de V. Exª: a palavra transparência. Isto é que seria importante na vida política brasileira. O parlamentarismo traria a transparência. O Governo seria transparente, sairia do círculo fechado dos gabinetes para o debate amplo da Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Tem V. Exª inteira razão e sei das dificuldades. Sou também temeroso da oligarquização dos parlamentos porque sei que eles também podem se transformar em canais de clientelismo. Mas é uma opinião meramente pessoal e doutrinária. Não tenho sequer a pretensão de convencer aqueles de V. Exª que não têm uma posição favorável ao parlamentarismo. Apenas justifico, explico-me diante do Senado, a razão pela qual faço essa opção.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Senador Fernando Henrique Cardoso, nobre Líder, pretendo ser muito breve; apenas para chamar a atenção desta Casa quanto ao seu discurso sobre o moderno, sobre o novo, sobre a superação de nossas crises estruturais, institucionais e até mesmo a crise moral por que atravessa o País, que elas vêm exatamente de um político. No instante em que nós, políticos, estamos vivendo o nosso pior momento, em que temos sido julgados implacavelmente

por todos os setores da sociedade, seria da maior importância que todos aqueles que nos criticam — venha essa crítica da Universidade, da Imprensa ou de qualquer instituição ou indivíduo — fizessem como fez, agora, o político Fernando Henrique Cardoso: que pensem no nosso País, no nosso futuro e no de nossa sociedade. Este foi um grande momento desta Casa, do Senado, pela razão simples de que, aqui, ao contrário do que dizem esses críticos, não tratamos dos nossos interesses. Tratamos — e V. Exª o fez com o brilho e a competência de sempre — de divisar caminhos para o nosso povo e para o nosso País. Por isso, não quis deixar de fazer esta referência, que é de parabéns e cumprimentos pelo curso de seu pronunciamento, pela sua lucidez e densidade. Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, nobre Senador Nelson Wedekin. V. Exª me honra com suas palavras e sabe da admiração que lhe tenho. Ainda há pouco assisti ao seu desempenho na questão da lei do **software** e percebi que V. Exª participa do sentimento daqueles que acreditam que é necessária uma negociação e que a modernização do País requer que se controlem os avanços burocráticos que eventualmente já tenham sido cristalizados. Fico, portanto, muito grato pelo aparte de V. Exª.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tomei o tempo de V. Exª mais do que é razoável e só me desculpo porque raramente o faço.

Mas sei que eu deveria trazer ao Senado algumas considerações que explicassem porque tenho atuado na Constituinte de uma ou de outra forma e que deixasse claro quais são os fundamentos dos votos que vou dar na Assembléia Nacional Constituinte. Devo essa satisfação a minha Bancada do PMDB, aos meus companheiros do Senado e todos os Partidos. Não agirei na Constituinte como Líder, que não sou. Não tenho a pretensão, portanto, de que minha palavra expresse o pensamento de minha Bancada ou de meu Partido.

Hoje, aqui, falei como companheiro e como alguém que, por ter aprendido a conviver no Senado com opiniões muito diversas e em momentos históricos muito diversos, aprendendo a conviver e a respeitar a opinião dos colegas, gostaria também de, humildemente, dizer ao Senado o porquê de suas convicções. Se puder fazer com que alguns encontrem fundamentos para suas próprias ações ou outros encontrem algum argumento para modificar um ou outro ponto de seu comportamento, ficarei muito contente. Estejam certos de que reflico sobre todas as considerações que me fazem e que, assim como hoje expus alguns pontos que me parecem importantes, estarei também pronto a revê-los se V. Exª me chamarem a atenção para outros aspectos que não tenha abordado ou para deficiências, enganos, erros das minhas colocações.

Quero dizer que fui estimulado a fazer este discurso por um discurso que li do Senador Afonso Arinos de Melo Franco ao defender aqui na tribuna do Senado os fundamentos para sua crença na soberania da Constituinte.

Acredito que esta Casa pode perfeitamente, e deve, servir de contraponto ao que ocorre na Assembléia Nacional Constituinte, tornando-se um foro que permita uma reflexão mais profunda

mais calma, do que estamos fazendo na Assembleia Nacional Constituinte. Acredito que o papel do Senado Federal no desenvolvimento do processo constitucional é crucial, e é agora, quando nós começamos a votar a Constituição, que é necessário que nós façamos reflexões mais aprofundadas e que, em certos momentos, em certas circunstâncias, quem sabe nós todos como Senadores, independentemente dos nossos Partidos, possamos servir de instrumento para a tão necessária negociação que nos leve àquilo que disse no início da minha exposição: ao encontro com o bom-senso da sociedade, que nos leve a produzir uma Constituição realmente democrática e moderna. Quem sabe o Senado possa se transformar neste instrumento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos, como Líder do PDS.

Lembro apenas que temos 20 itens na pauta constando da Ordem do Dia e a sessão deverá ser encerrada às 14 horas.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pronúncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao eminente Senador Fernando Henrique Cardoso o seu belo discurso de tipo conceitual e filosófico, deliciosamente isento de personalismos injuriosos. É o tipo de pronunciamento a que esta Casa deve cada vez mais se dedicar, neste momento difícil da vida brasileira. Estou na curiosa posição de concordar com grande parte das conclusões do Senador, sem concordar com suas premissas.

Se entendi bem, o seu apelo final é para que acordemos em alguns pontos fundamentais. Primeiro, que o Brasil se deve integrar na economia internacional, o que é uma receita indispensável de modernização e progresso; segundo, que deve haver uma clara delimitação de áreas entre as funções do Estado e as da iniciativa privada; terceiro, que o Tesouro deve se separar das empresas, de modo que o sirva à sociedade, e as empresas dele não se sirvam; em quarto lugar, que tenhamos por objetivo a efetiva realização de uma democracia social.

No plano das generalidades, há pouco o que contestar. A dificuldade única que vejo é que a própria expressão "democracia social". Trata-se hoje de uma expressão confusa, porque há dois ramos de pensamento que reclamam, ambos, o apelido de democracia social: o social estatismo e o social liberalismo. E, no nosso caso, certamente, propendemos muito mais para o primeiro do que para último. Confortou-me o fato de que o eminente amigo e Senador Fernando Henrique Cardoso não endossa o populismo, que hoje grasta em seu Partido e grassa de forma alarmante, sem que a sociedade tenha produzido suficiente antibióticos, para insilar a Assembleia Nacional Constituinte.

O populismo tem sido uma das fontes de desgraça da América Latina pelos seus quatro aspectos. É uma guerra de ismos. O populismo se subdivide no populismo político, como doutrina social; o estruturalismo, como doutrina econômica, permissivo em relação à inflação; nacionalismo temperamental e protecionismo cartorial.

Essas são as principais características do populismo. Folgo que o Senador se tenha divorciado desta corrente de pensamento, que a meu ver só nos faz atrasar política, econômica e socialmente.

Sou muito mais pessimista do que o Senador Fernando Henrique Cardoso, no tocante à possibilidade de uma ágil e fácil conciliação de textos, entre o produto que nos veio da Comissão de Sistematização e aquilo que emergiu do Centrão. Acredito que as querelas não são formais apenas, não são de níveis de ênfase e de atitudes filosóficas.

S. Ex.^a citou, em particular, se bem me lembro, três Capítulos: Capítulos da Ordem Econômica, da Ordem Social e da Educação. E aí se situam diferenças realmente difíceis de reconciliar, e que precisamente marcam a diferença entre a democracia social liberalista e a democracia social estatista.

No caso do Capítulo da Ordem Econômica, por exemplo, tal como ele emergiu da Comissão de Sistematização, temos incriáveis aberrações. Uma das aberrações é a própria definição de empresa nacional. Revela, primeiro, o ânimo de discriminar, quando isso nem sequer é matéria constitucional, e procura-se discriminar antagonística contra fontes de capital externo não fosse particularmente desavisado neste momento de escassez de poupança em que precisamos saber não do certificado de batismo do acionista, mas do montante do seu investimento. Não é importante saber onde reside o acionista e sim onde está a fábrica. A definição de empresa nacional tal como concebida pela Comissão de Sistematização é ingênua, inaceitável e contraproducente. É uma discriminação de tipo antagonístico, que transforma os investidores que confiaram no Brasil em investidores de segunda classe. Há dois tipos de discriminação: a discriminação de tipo antagonístico, que é a inserida na definição de empresa nacional da Comissão de Sistematização, e a discriminação de tipo compensatório. No primeiro caso, discrimina-se a empresa, com a empresa, em função da origem do seu capital; no segundo tipo, procura-se compensar a debilidade da empresa nacional, dando-lhe apoio eventual e temporário, a ser consignado em lei específica. Segundo o texto da Comissão de Sistematização, não haveria *joint-ventures* porque se exige controle decisório incondicional. Nenhum sócio minoritário é um refém. Alguma condição haverá em certos tipos de decisão, para garantia dos minoritários, que são responsáveis fundamentalmente pela contribuição tecnológica e mercadológica.

Brasileiros residentes no exterior, brasileiros puro-sangue, talvez até de origem tupiniquim, não poderiam possuir empresas brasileiras de capital nacional, porque não teriam domicílio local. Brasileiros titulares majoritários de ações de empresas nacionais vê-las-iam desnacionalizadas, se por acaso emigrassem para o exterior em gozo de sua aposentadoria.

O controle da empresa nacional teria de ser permanente. De modo que se uma empresa fosse vendida e revendida, ora ela teria acesso a benefícios, ora não o teria.

É uma incrível complicação que se cria, de tipo discriminatório, antagonístico, concebida por gente sem nenhuma vivência dos problemas concretos da vida empresarial.

Fui praticamente o primeiro Ministro do Planejamento, de vez que o Ministro Celso Furtado não chegou a organizar seu Ministério, e fiquei horrorizado com o texto da Comissão de Sistematização, que prega a criação de um Gosplan, exatamente quando na Rússia essa idéia é abandonada.

Vejam os art. 195, § 4º, que diz, com suprema pretensão, o seguinte:

"Lei complementar estabelecerá as diretrizes e bases do desenvolvimento nacional equilibrado..."

Como se fosse possível fazer algum desenvolvimento nacional equilibrado. Os desenvolvimentos nacionais são sempre reequilibrados: há regiões pobres e regiões ricas, dinâmicas e retardatárias.

"...definindo — o Governo teria que definir — os critérios de zoneamento econômico, articulador dos investimentos público e norteador dos investimentos privados."

Ora, o que o Governo tem feito é desnopear os investidores privados. Em 1986, mudou oito vezes as regras do mercado financeiro. Quem é que norteia? Não norteia ninguém, pois nem sequer sabe o tamanho do déficit público. Assustou-se, agora, ao verificar que, em janeiro, a folha de pagamento dos funcionários excedia aos recursos líquidos disponíveis para o Governo, depois de feitas as transferências aos Estados. Vejamos outra preciosidade de intervencionismo dirigista:

"Criar-se-ia um Sistema Nacional do Planejamento Econômico e Social, que funcionaria iterativamente com o social."

Isso nem é linguagem constitucional. Revela o mais ingênuo desconhecimento dos sucessivos fracassos do planejamento, inclusive do planejamento brasileiro, pelo qual me penitencio como um pecado mortal de juventude.

O Sr. Ronan Tito — Pecado original.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não sei se seria original. Minhas primeiras preocupações, no seminário, foram teológicas, e, aí, Deus é que, supostamente, planejará a nossa vida.

O ilustre Senador referiu-se também, ao que parece encomiasticamente, aos capítulos sobre Educação, Direitos Sociais e Saúde.

O capítulo sobre os Direitos Sociais é um catálogo de ilusões perigosas. A palavra estabilidade deveria ser banida do nosso dicionário...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS — ... se quisermos algum progresso econômico.

Primeiro, não é possível dar estabilidade ao empregado, se o empresário é instável. A se falar em estabilidade, deveríamos fazer imediatamente uma, dicotomia: "Serão tomadas as providências para que a empresa seja estável, ou que o Governo lhe garanta receita e vendas". Posto isto, a empresa se comprometeria a dar estabilidade aos empregados.

Como uma empresa é inerentemente instável por fatores tecnológicos, adversidades de mercado, por problemas de Governo, como pode dar estabilidade a alguém? O que a empresa fará é evitar ao máximo a contratação de empregados. Isto será um fator de intimidação; se de um lado

deificará a despedida dos que já estão ocupados, *tornará inempregáveis* essa massa de 1,5 milhão de novos aportantes ao mercado de trabalho.

O Sr. Leite Chaves — Permite V.Exª um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS — É uma ingenuidade, mais do que ingenuidade, é uma crueldade para com os operários, porque os empregadores procurarão contratar o menos possível, despedir antes de votada a Constituição, e robotizar-se antes do tempo.

Com muito prazer, Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — Nobre Senador, ouço V.Exª com muita atenção. V.Exª revela ser realmente um homem culto e convencido das idéias que expõe, e à altura, está apreciando o discurso do Líder Fernando Henrique Cardoso. Mas, Senador, nessa questão da estabilidade, isso como V.Exª vê não é estabilidade, é despedida, imotivada. Tanto é que, nos instantes de instabilidade da empresa, ou de mudanças profundas, ela pode despedir. Se a empresa melhorou o seu teor tecnológico, *comprova tal fato ao juiz e pode despedir* os funcionários, de acordo com a necessidade. *Se ela está em situação de chocar-se com a falência ou com a concordata, pode comprovar também esse estado* e reduzir substancialmente o seu contingente de empregados. Essa estabilidade, que é tão diluída, é instituída não para robustecer a situação econômica e financeira do empregado, e sim para lhe dar um pouco de dignidade. Da forma como está, o empregado é despedido a qualquer pretexto ou mesmo por um capricho do patrão e não tem onde empregar-se. Além do mais, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, funciona como um látego para os escravos primitivos. Um homem, sabendo que, a qualquer momento, pode ser despedido pelo patrão, é, às vezes, obrigado a fazer um esforço além dos limites do seu contrato de trabalho. V.Exª, que se tem havido tão bem nessa apreciação geral, talvez não tenha verificado essa situação ou o intuito desse dispositivo da estabilidade e esteja, de uma certa forma, realçando os seus aspectos menos relevantes. No mais, congratulo-me com V.Exª

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. Exª há de admitir que, dentro do texto, exige-se uma demonstração jurídica da razão pela qual se verificou a despedida. Isto significa transformar a empresa num grande contencioso. Jamais o empregado admitirá que foi despedido motivadamente. Jamais o empregador fará uma despedida que considere frívola. Ele pretenderá sempre que está obedecendo a circunstâncias tecnológicas ou a azares financeiros. O empregado sempre alegará que o patrão age sob arbítrio. E as empresas, em vez de se dedicarem exclusivamente ao esforço produtivo, terão que se transformar em contenciosos jurídicos.

A doutrina correta é: a empresa deve ser eficiente, deve produzir lucros para poder investir e criar empregos. Se, para manter a eficiência, é necessário despedir alguém, esse alguém tem que ser objeto de cuidado, carinho e proteção da sociedade, não da empresa. A responsabilidade pelo desempregado não é da empresa, é uma respon-

sabilidade humana a ser atendida pela sociedade como um todo. Só assim a empresa será eficiente e criará muitos empregos.

De outra maneira, nós teremos inibições à contratação. Alega-se, por exemplo, a grande rotatividade. Estudos empíricos recentemente feitos pelo professor José Pastore, que é bastante competente, em São Paulo, indicam que o grau médio de rotatividade mensal, medido em 1986, é de 3,7%, dos quais...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Preciso do aparte de V. Exª

O SR. ROBERTO CAMPOS — ...1,8% por proposição do próprio empregado, que queria valer-se do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que foi uma idéia que tive a honra de propor ao Presidente Castello Branco e foi, depois, adotada. Era o próprio empregado que pedia à empresa despedida para se reempregar em outro lugar e se beneficiar do tempo de serviço — reempregando-se imediatamente em outro lugar, carregando consigo o pecúlio acumulado. Acordos de despedida por iniciativa do empregado são rotineiros. Mais da metade dos 3,7% de rotatividade derivavam de fatos irrecorríveis da empresa: falência da empresa, modernização tecnológica, mudança de mercado, mudança de regulamentações governamentais. Não mais do que 0,6% poderia ser atribuído ao propósito condenável de substituir um operário de salário mais alto por um operário de salário mais baixo — Notemos: 0,6% de uma rotatividade global de 3,7%. E para coibir um comportamento algo predatório de apenas 0,6% do Universo, criamos estabilidade e/ou indenizações que vão dificultar ao empregador empregar. Ele vai sentir menos vontade de criar empregos; sua reação vai-se automatizar, para evitar aborrecimentos nas disputas trabalhistas, ou submergir na economia subterrânea, onde não existem contratos de trabalho. Lembramos ainda que pensando que estamos salvando o mundo e o Brasil estamos na realidade legislando apenas para o mercado formal de trabalho. Este é composto de 28 milhões de pessoas registradas na economia formal mas, o mercado total de trabalho atinge 53 milhões de trabalhadores, que não serão atingidos por nenhum desses "direitos" ou "garantias" genéricas do texto constitucional. Consideramos outra idéia aparentemente generosa: o recesso de 120 dias dado à mulher grávida. Isso vai resultar, realmente, numa alergia antife-minista por parte dos empregadores, porque elas descansam quatro meses, têm um mês de férias e recebem treze salários, só produzindo durante 7 meses. Isto significa que o empresário eficiente, que quer ter lucro, e quer maximizar a sua produtividade, vai exigir certificado de virgindade — difícil de se obter nestes dias —, ligação de trompas ou prova de menopausa. Será o comportamento racional em face ao irrealismo do constitucional. E nós nos refestelamos na ilusão de que estamos efetivamente assegurando "conquistas para a mulher". Aliás, todo o Capítulo que se refere a direitos dos trabalhadores está errado, pois não se pode falar em direitos, sem falar em responsabilidades. O título deveria ser: Dos Direitos e das Responsabilidades dos Indivíduos, e não Dos Direitos e Garantias do Indivíduo.

O Sr. Ronan Tito — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Com todo o prazer, Exª

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Roberto Campos, tenho que voltar um pouco à questão referente à estabilidade. Fiz parte da Comissão da Ordem Social. Parece até que somos um bando de inocentes, irresponsáveis ou sonhadores, todos os Membros da Comissão da Ordem Social.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sonhadores.

O Sr. Ronan Tito — Respeito até a opinião de V. Exª, mas digo a V.Exª, que a cada dia, está mais difícil de respeitar. Quero dizer a V. Exª que Disraeli, quando disse que citar estatística e mentir são duas formas de tapear o povo, no que se refere ao desemprego, porque o Sr. Pastore, em seu relatório de 1986, para dar a estatística de desemprego, foi, no mínimo, desonesto. Foi um ano atípico, quando aconteceu um pleno emprego na economia brasileira, talvez um dos únicos de 1930 para cá, ter, àquele momento, a economia rara que existia no País para o trabalhador. Mas, se S. Exª voltasse um ano, se V. Exª tivesse o cuidado, Sr. Senador, de voltar um ano para o ano de 1985, que teve economia razoável, quando o seu crescimento chegou perto de 8%, exportamos perto de 24 bilhões de dólares e importamos doze bilhões de dólares; em termos de economia, foi um ano excepcional para o Brasil, iria verificar uma rotatividade no emprego da ordem de 32% bruto. Mas, além disso — esses dados estão no Ministério do Trabalho à disposição de quem quiser — se tirarmos de lá as estatísticas que não fazem rotatividade, esse número subirá um pouquinho. Se tirarmos ainda as multinacionais, que normalmente não fazem rotatividade, V. Exª vai verificar que a rotatividade da mão-de-obra, principalmente, das empresas brasileiras do ABC, chega, em alguns casos, perto de 70%, num ano de economia boa. Agora, tomar o ano de 1986, em que a televisão anunciava oportunidade de trabalho para as pessoas, chamando, inclusive, gente do Nordeste para vir para São Paulo, para examinar a economia é, no mínimo, muita inocência, muita boa vontade para o capitalismo voraz. Estabilidade no emprego, Sr. Senador, eu conheço nos contratos de trabalhos coletivos dos Estados Unidos; estabilidade de emprego, eu conheço nos contratos coletivos de trabalho na Inglaterra; estabilidade de emprego, eu conheço nos contratos coletivos de trabalho da Itália; estabilidade de emprego, eu conheço na Constituição portuguesa, que diz: "O trabalhador é estável, só pode ser demitido por justa causa". Dizer que no nosso Projeto de Constituição constava estabilidade ou é má-fé ou é querer ludibriar. Porque, por todas as razões sérias, se pode demitir, como, por exemplo, pela modernização. V. Exª pode verificar que no item III do artigo se diz: "Quando por avanço tecnológico poderá ser demitido a qualquer momento; por problemas financeiros poderá ser demitido". Por isso, discordamos, fundamentalmente, quando V.Exª quer dizer que existem diferenças profundas filosóficas nas questões do Centrão. Existem, também. Mas, existe, principalmente, muita má-fé.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Claro que existem diferenças fundamentais.

Consideramos os exemplos estrangeiros citados. Não há nada de mal em que empresas individuais, através de contratos coletivos, deem estabilidade. Quando elas o fazem, é porque atingiram um grau razoável de automatização, é porque elas já têm uma mão-de-obra treinada, que gostariam de reter, e porque elas desenvolveram mecanismos de proteção contra as inseguranças do mercado, e finalmente porque vivem em ambientes econômicos muito mais estáveis, em que, por simples portaria ou regulamentação, o governo não pode mudar, subitamente, as regras do jogo. E, ainda, porque esses países não sofrem essa enorme pressão de um e meio milhão de pessoas chegando ao mercado de trabalho cada ano. Sabemos que a força de trabalho oferecida, por exemplo, anualmente, na Alemanha, está diminuindo, apesar disso, a Alemanha tem um alto grau de desemprego. Por quê? Exatamente, porque a Alemanha admitiu demasiada rigidez nas regras salariais. Da mesma forma, na Inglaterra, o nível de desemprego recebido por Margaret Thatcher, era alto, elevou-se depois, quando ela teve que forçar um aumento de eficiência da indústria inglesa. Agora, o desemprego começa a diminuir, mas o entendimento geral é que o desemprego inglês é em parte devido ao excesso de privilégios e benefícios sociais, à resistência dos sindicatos à modernização, que leva ao perecimento de indústrias, à morte de investimentos e à falta de flexibilidade no manejo de pessoal. Nada impede que, a nível de contrato coletivo de trabalho, as firmas nisso acordem sem ser necessário amarrar as empresas por um texto constitucional. Todos conhecemos o famoso modelo japonês, onde há estabilidade. Mas, lá, a remuneração do operário é flexível. Ela se compõe de uma parte fixa, que era apenas 30%, e agora está subindo para cerca de 60% (com o que se está reduzindo a flexibilidade da economia japonesa), o resto é bônus, são os bônus de produtividade, que desaparecem quando a empresa experimenta dificuldade econômica e, finalmente, a participação dos lucros, que também desaparecem em fases de recessão. Quando se chega aos pisos salariais propriamente ditos, há uma voluntária redistribuição de trabalho entre os operários-família, porque o conceito de organização é um conceito de família verticalmente organizada, e não um conflito de estratos classistas em disputa, como na sociedade ocidental.

Os dados citados pelo professor Pastore se referem a 86; eram os últimos disponíveis. Ele quis ser atual. Foi um ano de bom nível de emprego e que, a rigor, acentuaria aquele tipo de rotatividade, que é devido à preferência própria do trabalhador.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Ouço V. Ex.^a com muito prazer.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou ouvindo o discurso de V. Ex.^a e há algumas partes que nós devemos observar. V. Ex.^a disse que o empregador vai deixar de empregar por causa das regras da Constituição, que garantem ao empregado contra a despedida injusta, devendo

a lei ordinária, no entanto, definir o que é a justa causa para a dispensa do empregado. Não sei como poderia o empresário deixar de adquirir a mão-de-obra. Não seria a renúncia ao empresário? Porque tanto o dinheiro é necessário à atividade ao capital quanto o homem. São dois tipos de capital, de acordo com a teoria marxista: o capital dinâmico e o capital estático. É evidente que V. Ex.^a fez uma afirmativa que eu acho perigosa: o empresário, em face da lei, também deixará de empregar; então vai deixar de ser empresário também. Talvez V. Ex.^a tenha uma outra explicação que eu não tenha atingido.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Senador, é exatamente o que está sucedendo.

O Governo se queixa, os empresários se queixam, a população se queixa de que ninguém está investindo. Um dos motivos é precisamente o receio da estabilidade.

Ao empresário resta, então, uma opção; a opção financeira. Enquanto o governo for um cliente do cassino financeiro que ele próprio criou e do qual é o maior frequentador, facilitando a chamada "ciranda financeira", que não é criação de especuladores e sim responsabilidade perversa do governo, enquanto existir essa possibilidade, o empresário não está investindo. Se ele tem uma vocação produtiva muito forte, o que ele procurará fazer é criar pequenas empresas na economia subterrânea sem relação formal de trabalho.

Foi citado, aqui, o exemplo português. Tudo o que se ouve hoje de Portugal, é que Cavaco Silva está procurando modificar a Constituição portuguesa, precisamente no desastroso capítulo da estabilidade, que levou a economia portuguesa a 9 (nove) anos de estagnação. Lá a estabilidade era garantida após 2 (dois) anos e ninguém contratava pessoas a não ser por 18 ou 19 (dezoito ou dezenove) meses; aumentou tremendamente o rodízio. E as empresas estrangeiras, que não queriam fazer parte desse jogo cultural baixo da sociedade portuguesa, simplesmente não investiam. Estão voltando agora a investir porque Portugal entrou no Mercado Comum e se sabe que as regras do jogo terão que ser alteradas para se conformar à sistemática do Mercado Comum.

Mas havia ainda dois outros comentários que gostaria de fazer rapidamente.

O Senador foi também, parece-me, muito otimista sobre os capítulos de Educação e de Saúde. São dois desastrosos capítulos.

O Capítulo de Educação é altamente estatizante e o ilustre professor sabe que a universidade brasileira é um perpétuo escândalo. Nada mais do que 99,5% dos fundos devotados ao ensino superior vão para as universidades públicas e as universidades públicas não treinam sequer 30% do número dos alunos. Isso é uma desfaçatez, um desrespeito ao contribuinte. O dinheiro do contribuinte não vai para as escolas onde estão os filhos dos contribuintes.

O Sr. Ronan Tito — Até que enfim concordamos em uma coisa. Aleluia!

O SR. ROBERTO CAMPOS — Acho que os recursos deveriam ser distribuídos para aquelas escolas onde estão os filhos dos contribuintes, aquelas escolas que representam as opções das famílias através de bolsas de estudos para escolas privadas e confessionais.

As universidades públicas teriam que demonstrar, depois de recebida a verba do primeiro trimestre, que no segundo trimestre elas ostentam número suficiente de alunos para justificarem-se em termos de eficiência. Hoje nós sabemos a relação aluno/professor na universidade pública, é de 6 para 1. Se descontarmos os alunos faltantes a relação é de 4,7 para 1.

Ora, nos países ricos, nos Estados Unidos, são 24 alunos por um professor na universidade pública, e 22 alunos por professor na universidade privada. Na França, esse quociente é 22 e na Itália é 20. Numa superdemonstração de elitismo educacional em que, em algumas universidades brasileiras, o número de professores é superior ao número de alunos. Não há a menor relação de justiça social. O dinheiro dos contribuintes vai, compulsoriamente, em mais de 99% para universidades e academias públicas, direcionado pelos políticos e tecnocratas, sem relação com as reais opções de alunos e famílias. É, portanto, um autêntico desastre o texto estatizante da Comissão de Sistematização.

No Capítulo da Saúde, a coisa é ainda pior. Cria-se também o Sistema Único de Saúde, dando-se uma função marginal e relutante ao sistema privado de saúde. Ora, o que deveria haver é uma ampla opção do contribuinte e do segurado. Todos deveriam ser obrigados a contribuir com uma taxa mínima básica para a previdência oficial e exercer, depois da sua opção em face do tipo de organização securitária e médica que ele deseja; a livre opção do contribuinte é elemento fundamental da democracia. No Brasil, não; a democracia é uma imposição sobre o contribuinte. Esses aspectos tomam o texto de Sistematização que V. Ex.^a pretende ser de fácil conciliação com o texto emergido do Centrão, que também tem, infelizmente, vastas imperfeições...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Cameiro) — A Presidência deseja lembrar ao orador que a sessão deverá ser encerrada às 14 horas pelo início da sessão da Constituinte e, portanto, lembro a necessidade de encerrar o seu discurso dentro desse tempo.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Esse seu argumento da guilhotina do tempo, Sr. Presidente, é muito válido. Submeto-me a ele, conquanto tenha gostado de fazer comentários sobre parlamentarismo e presidencialismo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite-me V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Gostaria, simplesmente, de dizer o seguinte. Agradeço as referências feitas por V. Ex.^a ao discurso que pronunciei, mas quero deixar algumas questões mais claras: em primeiro lugar, V. Ex.^a disse que me divorciei do populismo. Nunca estive casado com ele — aliás, nunca o pratiquei nem tive tal oportunidade; em segundo lugar, não é privilégio do PMDB adotar essas práticas. Não só V. Ex.^a fez parte de governos que foram altamente responsáveis também por essas práticas, porque elas não são de responsabilidade pessoal, são responsabilidade da sociedade...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Infelizmente.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — ...co-mo agora, o Centrão, ou se vier a ser formado o Centrão, todas as medidas que propusemos

para controlar o populismo não serão acatadas. O Centrão acabou de impedir, na votação da Comissão de Sistematização, que separássemos as benesses que são dadas pelo Banco Central, do Banco Central. O fomento pelo Banco Central é descarregado no Tesouro. Quem se opôs? O Centrão. Todos os "trens-de-alegria" que existem no projeto, o principal dos quais é a estabilidade de todo o funcionalismo — houve uma luta tenaz, eu estava presidindo a Comissão de Sistematização — e foi impossível mudar, porque o Centrão não concordou, porque ele próprio faz parte desse sistema populista. Então, quando aqui, neste Plenário, não fiz distinção entre Partidos, não fiz um discurso partidário, é porque tenho consciência de que todos os Partidos participam dessas práticas. De modo que V. Ex.^a não queira jogar a responsabilidade desse populismo nem sobre mim, que nunca o tive, e nem somente sobre o PMDB. Em terceiro lugar, V. Ex.^a disse que defendi integralmente os direitos sociais. Não! A referência que fiz foi a questão da estabilidade. Se V. Ex.^a recordar, eu creio que V. Ex.^a não estava presente nem lá e nem aqui, quando eu falei sobre esta matéria, quem aprovou a forma atual de estabilidade foi de novo o Centrão, conquanto houve um acordo — eu já declarei isso aqui no Senado —, a Liderança do PMDB votou pelo Substitutivo Cabral I, com a manutenção do inciso XVII, quer dizer, votamos a favor de que ficasse estabelecido o princípio de que a relação de trabalhos seria protegida contra a dispensa imotivada ou sem justa causa, de acordo com a lei, e o inciso XVII coloca como um dos condicionantes a indenização. Isto foi recusado por uma manobra de partidários, hoje do Centrão, que pretendiam aprovar a Emenda do Rio Grande do Sul, e ao não conseguí-la acabaram por aprovar o texto que aí está dentro da Comissão de Sistematização, que não fala em estabilidade. De novo é o projeto do Centrão que introduz a palavra estabilidade. E, hoje, por uma norma regimental qualquer um, basta pedir a supressão da fase final e aí, sim, teremos a estabilidade. Portanto, eu não defendi as idéias que V. Ex.^a está atacando, atribuído a mim, nem defendi na tribuna, nem me comportei na Assembleia Nacional Constituinte desta forma. E por fim, com relação à questão de Educação e de Saúde V. Ex.^a, eu creio, está confundindo. As práticas de Governo, que levam a esta distorção, não são da Constituição. O projeto da Constituição, na questão de universidade, lá não se introduz o ensino pago; isso é matéria que podia ser discutida, mas as distorções são feitas pela prática governamental e não pelo texto constitucional. Com relação à saúde, é preciso evitar a expressão Sistema Único de Saúde, que é uma má expressão. É uma pena que o Senador Almir Gabriel não esteja presente, porque explicaria qual é o objetivo de S. Ex.^a nessa matéria, mal formulado no meu modo de entender. É um sistema unificado do setor público. Agora, a única restrição é de recursos públicos para empresas que visem lucro, porque essas têm de ir para o mercado; essas não têm porquê. É a mesma coisa com as escolas. Conversei com os donos de escolas, conversei notadamente com o dono do maior sistema privado do País, que é o Objetivo, a respeito dessa matéria. Ele é totalmente contrário a essas bolsas. Porque essas bolsas são um instrumento do nosso clientelismo; nós, De-

putados e Senadores, usamos essas bolsas não para os mais pobres, mas para a clientela. O Ministério da Educação não controla isso. Então, a solução da bolsa foi deturpada pela prática administrativa. Veja V. Ex.^a que esse é o ponto que quero ressaltar, não endosse e não fui contraditório ao endossar questão dessa natureza porque não as endosso. Acredito que haja realmente possibilidade de entendimento sobre a matéria, porque nem o Centrão é tão anticartorialista como se apregoa, porque não é, nem os chamados progressistas são tão defensores do cartorialismo. Acho que se nós não criarmos uma mentalidade de convergência a partir de um princípio racional, vamos ficar numa oposição onde, no fundo, acabará por unir-se os piores interesses, como em vários pontos do Centrão, em que se uniram os piores interesses para obter assinaturas, e as obtiveram. Perdoe-me essa pequena retificação. Peço a V. Ex.^a que entenda o que disse aqui não como um partidário do PMDB, mas como alguém como V. Ex.^a que tem preocupações mais amplas com essas questões e acredita que ou nós alargamos o grau de racionalidade das nossas decisões ou de fato vamos ter uma constituição capenga.

O SR. ROBERTO CAMPOS — V. Ex.^a tem razão. Resíduo de cartorialismo e de populismo se encontram em vários países e duas dessas decisões, por V. Ex.^a citadas, que figuram no texto da Comissão de Sistematização, não sabia este Parlamentar que haviam tido o apoio de alguns membros do Centrão. Certamente não teriam o meu, porque são iniciativas erradas de perpetuação de um sistema anárquico e cartorialista, quer no relacionamento do Tesouro com o Banco Central, quer em outros aspectos.

Esperamos que dos debates se chegue a uma solução, sobretudo, racional. O avanço de nossa sociedade não virá por explosões de entusiasmo, mas por conquistas lentas e graduais da razão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Sartre, o célebre filósofo francês, registrou em uma de suas obras que "um homem nada mais é do que uma série de empreendimentos; que ele é a soma, a organização, o conjunto das relações que constituem estes empreendimentos".

Embora atribuindo ao ser humano algo além de sua mera existência, desejo destacar que, na homenagem que rendo ao ilustre Ministro Carlos Coqueijo Torreão da Costa, recentemente falecido, faço da afirmação sartreana a premissa iluminadora de minhas palavras.

Há uma razão para que assim proceda: em raras personalidades pude constatar tamanha identidade entre obra e autor, em poucas pessoas pude notar tamanha paridade entre vida e realizações.

Falecido no último dia 20, em Salvador, Bahia, sua cidade natal, vítima de complicações pós-operatórias, o insigne Ministro Coqueijo Costa deixou-nos dias após completar 64 anos, portanto, ainda em pleno vigor da idade produtiva.

Embora sua morte nos tenha precocemente imposto a privação de sua presença física, sabemos-lo agora, mais do que nunca, palpitante em sua fecunda e vasta obra.

De pronto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo dar relevo às atividades intelectuais do nobre Ministro Coqueijo Costa, expressa em vasta relação de obras publicadas. De sua autoria são as monografias "O artigo 767 da Consolidação das Leis do Trabalho", 1953; "A morte do empregado e suas repercussões no Direito Material e Processual do Trabalho", 1972; "Revelia (no CPC de 1973 e na CLT)", 1974; e dos livros "Estudos de Direito Processual do Trabalho", 1971; "Temas de Processo do Trabalho", 1973; "O Direito Processual do Trabalho e o CPC de 1973", 1975; "Princípios de Direito Processual do Trabalho", 1976; "Direito Judiciário do Trabalho", 1978; "Doutrina e Jurisprudência do Processo Trabalhista", 1978; "Mandado de Segurança e Controle Constitucional", 1980; "Ação rescisória", 1981; "Direito Processual do Trabalho", 1977.

Destaca-se, na obra jurídica do ilustre ministro, sua dedicação ao Direito Processual Civil, em especial o Direito Processual do Trabalho, sendo, nesta última área, sobejamente conhecido no País e no exterior.

De sua lavra são também os livros de crônicas "Mais dia, menos dia" e "Europa, América e Bahia".

De suas crônicas de "Mais dia, menos dia", declarou no jornal *A Tarde*, de 11 de novembro de 1972, Lafaiete Spinola, ao analisar a acuidade de espírito do autor em fixar *oportunos* instantâneos de personalidades e acontecimentos que povoam sua obra:

"E o que mais caracteriza esses instantâneos é a gradação de tons que dão relevo à paisagem do sentimento humano, bosquejando uma bem-humorada e quase imperceptível revolta a favor de tudo que não é e que devia ser, e contra tudo o que não devia ser e que é. Nesse passo transforma-se de cronista em poeta, com algumas gotas da dúvida e do sarcasmo que foram os componentes do tóxico lírico de Álvares de Azevedo."

A fecundidade intelectual do Ministro Coqueijo está também presente em um sem-número de artigos publicados em revistas especializadas: *Revistas dos Tribunais*, *Ergon*, *Trabalho e Seguro Social*, *Forum*, *LTr*, *Revistas do TST* (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º TRT), *Revista de Direito do Trabalho*, *Revista Brasileira de Direito do Trabalho*, *Vox Juris Trabalhista*, *Revista de Informação Legislativa* e *Revista de Processo, Direito e Justiça*, além de artigos publicados nos jornais *A Tarde*, *Correio Brasileiro* e *O Estado de S. Paulo*.

O espírito do Ministro Coqueijo revelou-se também profusamente fértil na complexa tarefa de elaboração de teses no campo jurídico. Relaciona-se uma dezena de títulos que mereceram exaustivo e aprofundado tratamento por parte do Dr. Coqueijo para ser levado aos mais diversos conclaves de juristas realizados no País.

Não menos brilhantes e cultas foram suas conferências, atividade a que se devotou tão logo concluiu o Bacharelado em Direito, na Universidade Federal da Bahia, em 1945. Há registros

de mais de uma centena de palestras por ele proferidas para advogados, magistrados, acadêmicos, professores, cientistas sociais, parlamentares, empresários e trabalhadores, nas principais universidades e outras associações brasileiras, além de organismos localizados em outros países. A diversidade dos temas tratados coloca em evidência seu notável saber jurídico, sua vasta e profunda cultura, sua inegável fecundidade intelectual.

O insigne Ministro Coqueijo foi, merecidamente, muito festejado em vida. Sem dúvida, em reconhecimento à grande contribuição que emprestara à cultura e às instituições nacionais. Atestam-no as seguintes condecorações com que foi agraciado: Ordem do Mérito da Bahia, no grau de Comendador; Comenda de Alta Distinção da Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar; Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial; Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito de Brasília, no grau de Grande Oficial; Medalha do Mérito Tamandaré, da Marinha de Guerra; Medalha do Mérito Santos Dumont, da Aeronáutica; Diploma "Amigo do Exército"; "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho", do Tribunal Superior do Trabalho, no grau de Grã-Cruz; Medalha do Ministério do Trabalho e Previdência Social; comenda da Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador; Prêmio "Pontes de Miranda", de 1984, do Instituto dos Advogados de Brasília; Medalha "João Mangabeira", do Instituto dos Advogados Brasileiros; Medalha do "Mérito Aeronáutico", no grau de Grande Oficial; Medalha da Ordem do Mérito do Trabalho, no grau Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Grã-Cruz; Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Medalha da Ordem do Mérito dos Guararapes; Medalha Inconfidência; Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial; Medalha de Honra, do TRT da 13ª Região; Medalha do Mérito da França, no grau de Comendador; e Medalha do Mérito "Pontes de Miranda", da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, pelo seu livro "Ação Rescisória", considerada a melhor obra jurídica editada em 1981.

O dinamismo foi um dos traços destacados da personalidade do Dr. Coqueijo. Até sua morte, foi Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, Professor de Direito da Universidade de Brasília e Juiz do Tribunal Administrativo da OEA. Antes, fora Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Polivalente, dedicou sua vida a diversas atividades profissionais e culturais. Foi advogado militante, professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador e Diretor da Penitenciária do Estado da Bahia. Bacharel em Filosofia, honrou, como professor daquela disciplina, o Colégio Estadual "Duque de Caxias" e o Ginásio Nossa Senhora da Vitória, de Salvador.

Ao longo de sua laboriosa vida, enriqueceu, com sua participação, diversas instituições, entre as quais a Sociedade Internacional de Direito Social, o Instituto Baiano de Direito do Trabalho, do qual foi presidente em dois mandatos, o Instituto Latino-Americano de Derecho Del Trabajo y de la Seguridad Social, la Asociación Iberoame-

ricana de Derecho del Trabajo, o Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho, o Instituto de Estudos Pontes de Miranda, a Academia Nacional de Direito do Trabalho, o Instituto de Direito Social, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

Sensível, foi grande amigo das artes.

Também no campo artístico, o Dr. Coqueijo foi homem de empreendimentos e de realizações. Admirador da música popular brasileira, compôs a canção "É Preciso Perdoar", gravada por João Gilberto e Stan Getz. Escreveu e dirigiu o musical "Flor dos Vinícios e Mello de Moraes Também".

Entre seus amigos, destacam-se o escritor Jorge Amado, que ele condecorou com a Ordem do Mérito do Trabalho, o Maestro Antônio Carlos Jobim, a quem conferiu, como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a medalha do Mérito Judiciário do Trabalho os compositores Baden Powell, João Gilberto, Vinicius de Moraes, Gilberto Gil e Dorival Caymmi, e os artistas plásticos Caribé, Mário Cravo, Calazans Neto e Haensen Bahia.

Sr. Presidente e Srs. Senadores: no breve relato sobre as obras do Ministro Coqueijo Costa pretendi retratar-lhe a vida, sua existência fecunda, rica e realizadora.

Acredito que a melhor homenagem que possa prestar-lhe é, sem dúvida, declinar-lhes os feitos, que tornaram sua existência algo além do conjunto de suas obras. Em verdade, sua vida foi, toda ela, o tempo todo, o testemunho de alguém que serviu, com espírito de infundável dedicação e de insuperável doação, a todos os seus contemporâneos.

Morreu Coqueijo Costa, disse não temos dúvida. Não findará, porém, sua obra: eis a verdade que nos consola.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A entrevista do Ministro de Estado da Educação, Senador Hugo Napoleão, divulgada pelo **O Globo**, em sua edição de domingo último, 24 de janeiro, pode ser considerada como um dos mais corajosos, realistas e importantes pronunciamentos jamais proferidos a respeito dos problemas educativos do nosso País.

O ilustre Ministro Hugo Napoleão, com clareza, eloquência e rara objetividade, afirmou que temos de inverter a pirâmide da educação no Brasil. A pirâmide está assentada no seu vértice e não na sua base. O ensino básico convivendo com a escassez, o ensino universitário levando 80 por cento das verbas... Do imposto que o contribuinte paga, 13 por cento vão para a educação, e da parte que recebe o Ministério da Educação, 80 por cento vão para o Terceiro Grau. O contribuinte sustenta a universidade. Será que não haverá outras formas de sustentar a universidade? Será que não poderíamos fazer como nos Estados Unidos, onde a comunidade participa da realização dos fins das universidades, inclusive empresas e pessoas jurídicas? Será que não podemos pedir aos pais dos alunos que tenham condições que contribuam com a universidade, para que se possa

dedicar verba orçamentária para o analfabetismo e para o ensino básico?"

As diversas e bem formuladas perguntas dos repórteres de **O Globo** foram respondidas pelo jovem Ministro Hugo Napoleão com a máxima sinceridade e indiscutível competência, ensinando-lhe a oportunidade de evidenciar uma exposição abrangente, de permanente valor factual e técnico; sobre a problemática da educação, simultaneamente com uma demonstração de domínio integral e cultural dos assuntos e desafios que a Nação tem de enfrentar nessa área de extrema complexidade.

Embora estarecido com as dimensões das crises responsáveis pela deterioração das estruturas educacionais do País, tais como as sucessivas greves de alunos e professores que, periodicamente, abalam as universidades federais — em 1987 pararam durante quatro meses; a desmoralização do vestibular, transformado pelas fraudes, em vergonha nacional; a tragédia consubstanciada nas elevadas taxas de evasão e repetência no Primeiro e Segundo Grau e, sobretudo, a dolorosa verificação de que o analfabetismo está ultrapassando mais de 20 milhões de analfabetos, cerca de 20 por cento com mais de 15 anos; as deficiências qualitativas e quantitativas de toda ordem, no tocante às atividades de ensino e pesquisa, e assim por diante.

São estas as razões que me levam a requerer a incorporação da entrevista do Ministro Hugo Napoleão ao texto deste meu conciso pronunciamento, como um documento digno das reflexões dos homens públicos e do povo brasileiro, pela sua essencialidade e desassombro.

Aliás, desejaria lembrar que, no dia 11 de maio de 1981, pronunciei no Senado Federal um discurso sobre a instituição do ensino superior pago no País, no qual assinaliei conceitos e aspectos idênticos aos que foram abordados pelo Ministro Hugo Napoleão em sua primorosa entrevista.

Trata-se de uma coincidência impressionante, relevando uma notória identidade de pontos de vista, motivo pelo qual solicito, igualmente, a transcrição desse meu discurso.

Encerrando estas breves considerações, felicito o ilustre Ministro Hugo Napoleão pelo grande serviço prestado ao País, esclarecendo-o, com absoluta lucidez, sinceridade e patriotismo, a respeito da verdadeira situação em que se encontram os problemas da Educação, no cenário nacional.

Eram estas as observações que desejava tecer nesta oportunidade.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

O Globo — Domingo, 24 de janeiro de 1988. Entrevista/Hugo Napoleão

NAPOLEÃO — "QUEM PODE DEVE PAGAR ESCOLA"

O Globo — Oitenta por cento das pessoas que freqüentam cursos universitários noturnos — portanto, pagos — ganham de um a quatro salários mínimos, segundo estatística do seu ministério. É tão fácil encontrar carros do ano nos estacionamento das universidades federais quanto trabalhadores de baixa renda nas universidades particulares. Mas, 80 por cento das verbas que

o MEC dedica à educação no Brasil vão para as universidades federais. Assim como o senhor propõe que se repense o vestibular e o ensino superior, não estariam na hora de se repensar a gratuidade absoluta do ensino universitário federal?

Hugo Napoleão — Nas capotas reluzentes dos carros estacionados na Universidade de Brasília se vê claramente que boa parte de seus frequentadores têm condições de pagar o curso universitário e lá estão de graça. À noite, no Ceub, uma faculdade particular, estudam justamente os funcionários de baixa renda da UNB. Podia citar exemplo como este em qualquer outra cidade brasileira. É uma injustiça social grave. A União paga para quem pode e deixa cobrar de quem não pode. Com isso, está se contribuindo para a concentração de renda. O Estado financia o estudo de quem pode pagar a universidade para si ou para seus filhos. É injusto que eu, na condição de ministro e de pessoa de renda alta, tenha um filho na universidade pública, sem pagar nada.

O Globo — E o MEC financia esta injustiça.

Napoleão — É verdade que 80 por cento do orçamento do MEC para 88 está comprometido com o terceiro grau. Isso, somado às greves do período entre novembro e janeiro, está levando o Ministério da Educação a defender um reestudo da universidade brasileira.

O Globo — O senhor defenderia o fim do ensino universitário gratuito ou uma forma intermediária, fazendo com que paguem aqueles que podem pagar, inclusive para financiar o estudo dos que não podem arcar com a despesa de uma faculdade?

Napoleão — Não estou antecipando o que se vai fazer. Cobrar de quem pode e não cobrar de quem não pode é uma decisão que depende das conclusões finais de uma comissão que eu vou criar, justamente para examinar isso e a situação geral da universidade. Por enquanto, eu estou constatando e sugerindo o discussão. Pode ser que uma das soluções apontadas seja justamente estabelecer uma cobrança escalonada, de acordo com a renda da família do estudante. Se for assim, teremos uma reação muito grande de determinados setores educacionais, mas é minha obrigação apresentar algum tipo de solução. Alguma coisa tem que ser feita. Em 1985, 49 por cento do orçamento do MEC ia para o terceiro grau; em 86, este índice subiu para 65 por cento; em 87, este índice subiu para 69 por cento; hoje é de 80 por cento. Nessa projeção, em 1993, todo o dinheiro do MEC irá para as universidades. E então será melhor fechar o Ministério da Educação e criar um Ministério das Universidades.

O Globo — Por que ao progressivo aumento de verbas não correspondeu um aumento na qualidade da universidade pública no Brasil, que tem uma das menores relações professor-aluno do mundo e uma das mais baixas produções?

Napoleão — Eu tenho pedido que os reitores me ajudem a encontrar saídas para esta situação. Não é possível que a universidade brasileira seja a que mais pára e entra em greve no mundo. É injusto parar uma universidade, por mais justas que sejam as reivindicações que levem à greve, porque parando hoje estamos provocando um reflexo irreversível, uma paralisação cultural e científica até o ano 2013. Se projetarmos cada geração de 25 em 25 anos, ao parar a univer-

sidade hoje, estamos afetando uma geração até 2013. A universidade brasileira parou quatro meses no ano passado. Parou quatro meses de fazer pesquisa, interrompeu projetos, parou de produzir para a geração de 2013. Enquanto isso, a universidade japonesa está projetando para o terceiro milênio. No Brasil, a greve, que era recurso extraordinário, hoje virou petição inicial. Por onde devia terminar, começa.

O Globo — Pode ser séria uma universidade que tem na sua forma de ingresso a fraude, a esperteza, a corrupção, como se tem visto em vários pontos do País, com o vestibular?

Napoleão — O próprio vestibular deveria passar por um exame vestibular sério. E certamente seria reprovado. O vestibular se transformou em uma vergonha nacional. O crime que cometem autores e beneficiários da fraude não é apenas um crime capitulado no Código Penal. É um crime contra a comunidade, contra o Brasil, é um vandalismo, uma barbárie. É ridículo que o Brasil de 1988 esteja assistindo a tudo isso. É uma estupidez o que se está fazendo com jovens que passaram meses estudando. Eles se preparam para as provas e, diante das fraudes, lhes dizem: o vestibular não será mais hoje e não se sabe quando poderá ser realizado. E ainda pedem verbas públicas para fazer novo vestibular. O MEC não pode fechar os olhos a essa situação. Está na obrigação de oferecer soluções alternativas, mesmo diante da reação do conselho nacional de reitores, que considera essa participação uma intervenção na autonomia universitária. Mas o MEC vai tentar modificar o que aí está.

O Globo — O senhor anunciou que vai adotar como prioridade o ensino de primeiro grau. Os dados do seu ministério são estarrecedores: 4,5 milhões de crianças sem acesso à escola, quase metade das crianças que entram no primeiro ano do primeiro grau abandonam a escola ou não conseguem passar deste ano. No segundo grau, o déficit é de oito milhões de vagas. Como pretende atacar essa situação, dedicando 80 por cento de sua verba às universidades?

Napoleão — Temos que inverter a pirâmide da educação no Brasil. A pirâmide está assentada no seu vértice e não na sua base. O ensino básico vésico convivendo com a escassez, o ensino universitário levando 80 por cento das verbas. Está tudo errado em matéria de educação no Brasil. Essa culpa é nossa, é de todos nós. Do imposto que o contribuinte paga, 13 por cento vão para a educação e da parte que recebe o MEC, 80 por cento vão para o terceiro grau. O contribuinte sustenta a universidade. Será que não haverá outras formas de sustentar a universidade? Será que não poderíamos fazer como nos Estados Unidos, onde a comunidade participa da realização dos fins das universidades, inclusive empresas e pessoas jurídicas? Será que não podemos pedir aos pais dos alunos que tenham condições que contribuam com a universidade, para que se possa dedicar verba orçamentária para o analfabetismo e para o ensino básico?

O Globo — É possível inverter a pirâmide que o Senhor considera invertida?

Napoleão — Temos que combater a evasão e a repetência no primeiro e segundo graus. Isso é dinheiro público jogado fora. Temos que ajudar a universidade a buscar novos meios de sustentação, e encontrar formas de auto-sustentação.

Haverá reações, porque existem segmentos importantes nessa área que defendem verbas públicas apenas para o ensino público e entendem que só deve haver ensino público no País. Nós não agüentávamos isso. Setenta por cento dos alunos do segundo grau saem das escolas particulares. Se o MEC, que já dedica quase toda a sua verba às universidades, tivesse que sustentar totalmente o ensino de segundo grau, não haveria dinheiro suficiente. Seria o colapso.

O Globo — Na sua opinião, em se tratando de universidade, ensino público significa necessariamente ensino gratuito?

Napoleão — Eu entendo que não. O seu dinheiro, como contribuinte, está sendo destinado em grande parte ao pagamento da universidade de filhos de pais que poderiam pagar a universidade. Mesmo quando você compra um refrigerante numa lanchonete, está sustentando o ensino gratuito de gente que poderia pagar. Isso é um absurdo, uma calamidade, uma injustiça social.

O Globo — A sua tática é polemizar e provocar a discussão, como está fazendo com essas declarações, ou pretende efetivamente se transformar no Ministro da Educação que mudou este quadro?

Napoleão — Eu quero deixar uma marca, como alguém que contribuiu para reformular os alicerces da política educacional brasileira. Este problema nunca foi encarado de frente talvez porque nunca tenha chegado à gravidade de hoje. Se algo não for feito agora, vamos prejudicar o ensino do Brasil todo, por várias gerações. Nós temos quase 20 por cento de analfabetos no Brasil com mais de 15 anos. Temos que sacudir a alfabetização no Brasil. Eu vou ao Presidente Sarney com um plano para fazer de 88 o ano da alfabetização no Brasil. Eu quero ser um ministro que, no mínimo, alertou para estes problemas. Não posso fazer nada arbitrariamente. O vestibular, por exemplo, foi criado por lei. Depois de debates e estudos que estamos iniciando, vou levar uma proposta de projeto de lei ao Presidente. O ideal será entrar em 1989 com as modificações promovidas através do Congresso.

Maio — 11-81.

INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PAGO NO PAÍS

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Os principais jornais do País vêm divulgando notícias no sentido de que o Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, teria solicitado ao Conselho Federal de Educação estudos conclusivos a respeito dos assuntos básicos transformados, no decorrer destes últimos anos, em sérios desafios, cuja solução já não mais admite qualquer protelação.

Destaca-se, nesse conjunto, a implantação do ensino superior pago, eliminando-se a gratuidade indiscriminada.

Os outros problemas incluídos no elenco submetido ao exame do Conselho Federal de Educação, para um pronunciamento definitivo, são igualmente fundamentais e, na verdade, todos eles se inter-relacionam e desembocam no imenso estuário de uma complexa, abrangente e trans-

cendental interrogação: como tornar exequível a educação integral, pré-condição para a viabilidade do projeto nacional de uma grande Nação e do bem-estar de todos os brasileiros?

Evidentemente, a transformação das 19 Universidades Federais em Fundações, desde que o Governo Federal proporcione condições de autonomia efetiva e de patrimônio, para que usufruam de toda sua autonomia; a viabilidade da organização de um sistema nacional de ensino pré-escolar, acoplado à rede escolar existente, as alternativas de atendimento aos alunos carentes; a solução definitiva dos problemas do ensino profissionalizante do 2º grau, previsto na Lei nº 5.692; as novas fontes de recursos e diretrizes para o Crédito Educativo, são, todos, problemas amadurecidos, acerca dos quais pretende o Ministro da Educação saber, como é justo, o que a Nação sente, espera e deseja, acentuando, contudo, que "os caminhos a seguir serão mostrados pelos estudos do Conselho Federal de Educação e pelo debate nacional sobre o assunto".

Tem razão o Ministro Rubem Ludwig em promover o debate, em todo o País, sobre tais problemas, convocando os brasileiros, através do MEC, por se tratar de matéria indissoluvelmente ligada ao destino de cada um de nós e de cada família, sem exceção.

O Sr. Almir Pinto — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Lourival Baptista, fico muito satisfeito porque ouço V. Exª abordar um assunto sobre o qual tenho já, nesta Casa, por duas vezes falado: estruturação do ensino neste País. Já nesta Sessão Legislativa, neste primeiro período, tive a oportunidade de ocupar a tribuna do Senado e dar o meu ponto de vista em relação a essa estruturação. E dizia eu que, sendo constitucionalmente o ensino primário o ensino obrigatório da Nação, este deveria ser todo ele custeado pelo Governo Federal, e não da maneira como acontece, de os Estados, a União e os Municípios fazerem o ensino primário. A cargo dos Estados ficaria exatamente o ensino secundário e o universitário ou superior a cargo de fundações controladas pelo Ministério. No caso do ensino superior, essas fundações seriam o link entre os estudantes carentes e a Caixa Econômica ou o Banco do Brasil, através do Crédito Educativo. Os estudantes que tivessem meios, pagariam os seus estudos, e os que não tivessem fariam o empréstimo às casas bancárias da Nação, Caixa Econômica e Banco do Brasil. Agradeço a V. Exª

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Exª, Senador Almir Pinto, por este depoimento que dá a respeito do ensino em nosso País. Como consagrado mestre, V. Exª bem sabe o que deve ser feito e a maneira como nós deveríamos empregar esses recursos do Ministério da Educação e Cultura. Muito grato a V. Exª, eminente Senador Almir Pinto.

Possivelmente, a questão mais polêmica, no momento, geradora de discussões intermináveis, é a que se refere ao ensino superior pago.

Na opinião do Ministro Rubem Ludwig — divulgada pelo "Globo", em sua edição de 11-4-81,...

"a maioria dos alunos que estuda nas Universidades oficiais, tem condições de pagar o seu estudo". "Para isso — acentuou — creio que deve haver alunos gratuitos, e não escola gratuita".

"As escolas oficiais oferecem ensino gratuito a 25% dos universitários. Os 75% restantes, que estudam em escolas particulares, talvez não tenham condições de pagar seu estudo e talvez precisem de ajuda."

Segundo pensa o Ministro, devem ser oferecidas aos alunos carentes bolsas de estudo ou Crédito Educativo, que lhes permitam pagar as anuidades escolares e sua manutenção.

Convém relembrar, nesta oportunidade, que embora extremamente concisas, as diretrizes do Presidente João Baptista Figueiredo consagraram uma política clara e realista, antes mesmo de Sua Excelência assumir a Presidência da República.

Entendia o Chefe da Nação, quando falou aos Ministros recém-escolhidos para seu Governo, em fevereiro de 1979, que as suas diretrizes no campo da educação se consubstanciavam numa política caracterizada "... pela maior gratuidade dos ensinamentos primário e médio, pela menor gratuidade do ensino superior, e pela crescente responsabilidade da União nos dispêndios educacionais".

Tais diretrizes foram transmitidas à Nação, naquela oportunidade, ainda em fevereiro de 1979, da seguinte forma:

"O ensino de 1º grau será público e gratuito, ministrado pelo Município, com a cooperação do Estado e supervisão federal, e poderá ser suplementado pelo setor privado.

O ensino do 2º grau, será profissionalizante, e cada vez mais, gratuito, com aumento da participação da União nos dispêndios.

A gratuidade do ensino superior somente será proporcionada para as famílias de menor renda, ampliando-se o sistema de bolsas de estudo e crédito educativo."

São, como se vê, claras e inofensíveis as diretrizes do Presidente João Baptista Figueiredo, que assim concluiu a definição de sua filosofia de Governo:

"A educação estará a serviço da democratização do sistema político.

A política educacional terá como principal objetivo formar o homem médio produtivo, de conformidade com as peculiaridades regionais e inspiradas nos desníveis sociais e econômicos.

A União continuará ministrando o ensino de Moral e Cívica e Educação Física.

A oferta de matrículas, a todos os níveis, será feita de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

Os cursos de pós-graduação serão seletivos e deverão ser iguais aos melhores do mundo.

A remuneração dos professores deverá ser atrativa, a fim de que a educação absorva pessoal mais qualificado."

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tudo indica que o Conselho Federal de Educação encerrará, com a urgência que se impõe, os seus indispensáveis estudos, possibilitando ao Ministro da Educação e Cultura, ouvir a Nação

a respeito das suas propostas conclusivas e, afinal, sugerir à decisão do Presidente da República, as soluções desejadas pelo povo brasileiro.

Instituído em 1961, pela Lei de Diretrizes e Bases, o Conselho Federal de Educação, tem como finalidade precípua traçar as normas fundamentais do ensino a serem obedecidas no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, os princípios e as regras a que devem ajustar-se, em concreto, os serviços da educação e do ensino.

É o órgão superior de todo o sistema educacional brasileiro cujas deliberações, todavia, somente adquirem eficácia quando homologadas pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Aliás, Sr. Presidente, o terreno está preparado para as decisões colimadas, em virtude dos diagnósticos existentes, oriundos das inúmeras investigações levadas a efeito nessa área completa e vital das nossas realidades.

Recordo-me, neste momento, do Relatório do Grupo de Trabalho instituído em 2 de julho de 1968, pelo então Ministro da Educação, o Senador Tarso Dutra, exatamente constituído para equacionar e resolver os problemas da reforma universitária.

Destaco, desse documento, o seguinte tópico

"A ação do Grupo de Trabalho se insere nesse contexto como dispositivo que tende a impulsionar o movimento de reformas, oferecendo respostas concretas a necessidades urgentes do sistema universitário. Estas necessidades, na opinião dos que meditam o problema do ensino superior, correspondem às seguintes áreas: forma jurídica, administração e estrutura da universidade; organização dos cursos e currículos e articulação com a escola média; formação, carreira, regime de trabalho e remuneração do corpo docente; participação do estudante na vida universitária e na administração da instituição; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e formação do professorado; expansão do ensino superior; recursos para a educação e mecanismos de financiamento da universidade."

No que tange, especificamente, ao problema do ensino superior pago, o ilustre Senador Jarbas Passarinho, examinou-o sob os mais diversos ângulos, definindo-se a respeito, com a coragem, a competência e o realismo que caracterizam sua atuação como educador, político e administrador.

O seu posicionamento sobre a matéria teve grande repercussão, de tal forma que a tradicional **Revista do Serviço Público**, transcreveu em sua edição de janeiro-abril de 1971, volume 106, nº 1, páginas 15, 16, 17 e 18, o artigo intitulado: Ensino Superior: Quem pode, deve pagar, cuja incorporação solicito, ao texto deste meu pronunciamento, pela atualidade de que se reveste, apesar de escrito em novembro de 1970.

Desejo salientar, que, pessoalmente, sempre defendi, e continuo defendendo com vigor, o máximo de facilidades e auxílios de toda ordem, para estudantes pobres, que não podem custear os seus estudos.

As famílias carentes — das quais se originam os vastos contingentes de estudantes pobres, devem ser assistidas, por todas as maneiras possíveis.

Quanto aos que podem pagar, sempre fui de opinião que devem fazê-lo, por uma questão de solidariedade social.

Também esta é a convicção do ex-Ministro Eduardo Portella, quando traçou, no delineamento das macrofunções do MEC, o panorama do ensino superior, e preconizou, durante sua curta, porém dinâmica e clarividente gestão, em termos de *Justiça Social inarredável*, a *responsabilidade* das camadas ricas da população, no tocante ao custeio da educação universitária dos estudantes ricos.

Para o ilustre Ministro Eduardo Portella, também "os que podem, devem pagar".

Sr. Presidente, acredito que o povo brasileiro já se manifestou, através do texto lapidar da Constituição de 1946, quando estatuiu, numa síntese admirável:

"1 — O ensino primário é obrigatório;

2 — o ensino primário é gratuito para todos. O ensino oficial ulterior ao primário será para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos."

E, concluindo, Sr. Presidente, independentemente dessa aspiração constitucional, deseja, também, a Nação brasileira, que o Presidente João Baptista Figueiredo concretize as suas diretrizes, promovendo uma maior participação do MEC no *Orçamento Geral da União*, proporcionando-lhe maiores e mais substanciais recursos, a fim de que o Brasil recupere o tempo perdido, deixando de ser o País do futuro, de um futuro sempre adiado — para ser a esplêndida realidade de uma grande Nação do presente, uma autêntica potência mundial no prazo de uma geração — o que depende, exclusivamente, da multiplicação dos investimentos e recursos nas prioridades do desenvolvimento educacional do País.

Prioritários e inadiáveis, como grande fonte geradora de empregos, de renda, de progresso e de bem-estar de toda a Nação, os investimentos com a educação se impõem, constituindo uma exigência nacional impostergável. (Muito bem! Palmas.)

Revista do Serviço Público

ENSINO SUPERIOR: QUEM
PODE DEVE PAGAR

Jarbas G. Passarinho
Ministro da Educação e Cultura

"Desejariamos que pudessem ser instruídos plenamente, atingindo-se assim a completa humanidade, não somente um homem, alguns homens ou muitos homens, mas todos os homens em conjunto e cada um, isoladamente, jovens e velhos, ricos e pobres, nobres e camponeses, homens e mulheres, isto é, cada ser humano; para que, por fim, todo o gênero seja instruído, qualquer que seja sua idade, seu estado, seu sexo, sua nacionalidade." (Comênio.)

Estas nobres palavras de Jan Amos Comênio, o grande educador falecido há precisamente três séculos, ganharam autorizada atualidade quando a UNESCO as reproduziu, em 1968, em seu im-

portante repositório "O Direito de Ser um Homem", e permanecem plenamente válidas neste Ano Internacional da Educação, quando o Ministério da Educação e Cultura ultima um plano para a reformulação do custeio do ensino público superior, indispensável à concretização de um velho ideal ainda inatingido."

A utopia do ensino gratuito

O problema do custeio do ensino público reclama solução adequada, uma vez que, com cerca de cinco por cento de nosso Produto Interno Bruto já empregados em educação, o que nos assegura posição vanguardista no confronto com os demais países, seria difícil cogitar de qualquer acréscimo dos recursos para esse serviço, cada vez mais essencial.

A questão é mais ampla do que se pode imaginar, a bem dizer começando no dispositivo constitucional que estabelece a obrigatoriedade e a gratuidade universal do ensino primário, quando sabemos que em boa parte de nosso território esse ensino não é obrigatório nem gratuito, pela simples razão de que não existe; e se refletirmos a respeito sem os condicionamentos decorrentes do longo convívio com a utopia da gratuidade do ensino, acabaremos percebendo que ele não existe exatamente por pretender ser gratuito.

A gratuidade universal apenas tem sentido quando é de fato universal, e não poderemos ter ensino para todos enquanto não aceitarmos essa óbvia verdade. O ensino gratuito só é uma realidade na região ou Estado que tem condições para estendê-lo à população inteira, o que no Brasil provavelmente só ocorre na Guanabara e na capital de São Paulo. Fora daí, no outro Brasil (que poderíamos subdividir em vários brasis, do pré-histórico, que a Rodovia Transamazônica vai integrar, ao século XXI, de Brasília), o chamado ensino gratuito não passa de antidemocrático privilégio.

A incongruência é mais evidente no ensino superior, que começa a estender-se à pós-graduação; e por isso ninguém discute de boa fé a necessidade de reformular seu custeio, para evitar que a gratuidade indiscriminada, beneficiando também quem dela não necessita, longe de concorrer para a difusão do ensino, continue a dificultá-la.

Por que utopia: insinceridade

Não falta quem, considerando esse efeito contraproducente da gratuidade do ensino, a encare como insincera forma de resistência ao progresso social, de que se lança mão para que, sem a democrática generalização das mesmas oportunidades, se perpetue o antidemocrático privilégio da escolha para poucos.

Sabe-se que a própria vida tem mecanismos niveladores, que atenuam extremos e corrigem desequilíbrios, sendo bem conhecida, por exemplo, a teoria ou pelo menos a crença da alternada ascensão e queda das famílias, em ciclos médios de três gerações; o fenômeno, em geral apontado no terreno econômico, também parece ocorrer na área intelectual, onde, parafraseando a trilogia do pai rico, filho nobre, neto pobre, têm sido assinalados casos de pai sábio, filho pedante, neto ignorante.

Todavia, não podemos deixar ao lento azar dos meios naturais a correção de injustiças e o aperfeiçoamento da sociedade, para não falar no equilí-

brio social; temos de corrigir os erros e combater os privilégios, para que cheguem a todos as vantagens da ciência, da cultura, do progresso. Assegurar a igualdade de oportunidades é, sem dúvida, a mais nobre atribuição do poder público, com a educação ao alcance de todos constituindo o instrumento mais poderoso para seu desempenho.

Se a evolução individual se completou pelo menos teoricamente com o desaparecimento da escaravada, o grande desafio de nosso tempo é a evolução social, no sentido de menor diferença entre pobres e ricos, e a resposta adequada terá de começar pelo nivelamento das oportunidades de educação.

Solução moderada e viável

Ao que tudo indica a solução poderá ser obtida mediante aproveitamento da legislação do Imposto de Renda, cobrando-se parte do custo do ensino, nas universidades federais — quando o pai do aluno (ou ele próprio) pagar esse imposto —, sem discriminação entre quem paga e quem não paga, e sem qualquer reflexo da obrigação de pagar sobre a vida escolar do estudante, que de maneira alguma será afetada, nem mesmo na hipótese de sonegação ou imponibilidade.

A proposição em estudo tem o mérito inicial de estabelecer um critério objetivo e justo para distinguir entre quem deve e quem não deve participar do custeio do ensino, e esta, em verdade, era a questão básica, para a qual enfim se encontrou resposta na conjugação com o Imposto de Renda, outro extraordinário fator de ordenamento e racionalização da sociedade democrática.

O que o interesse público exige não é a gratuidade indiscriminada e sim uma gratuidade limitada aos que dela necessitem, sendo mesmo de desejar que esse número se torne cada vez menor, para ser cada vez maior o número de estudantes. Conhecido escritor ressaltou que o importante numa escola pública não é que ela seja gratuita, mas que seja uma escola — isto é, que exista e funcione bem.

Sem se dispor ainda de elementos para levantar o custo exato do ensino oficial, pensa-se numa solução prática: arbitrar um valor médio, que, aplicável a todos os casos, deverá conduzir sempre a uma participação inferior ao custo real desse serviço, hoje tão indispensável.

Em mais de um ensejo se tem tentado resolver a questão, inclusive mediante legislação específica, sem que, todavia, tenha sido possível chegar a resultados concretos. A solução agora proposta não é completa, mas dificilmente poderia ser, e talvez nem devesse, pois o melhor caminho é quase sempre gradual, paulatino; com o tempo se poderá ir mais longe, porém, o essencial é começar, dar o primeiro passo — ou o pontapé inicial, para usar uma linguagem que o Brasil inteiro fala.

Outras medidas

Para proporcionar ensino a todos, assegurando igualdade de oportunidades, não bastará a reformulação do custeio do ensino superior, porém o Ministério da Educação, cômico das responsa-

(*) O artigo foi escrito em novembro de 1970.

bilidades que lhe cabem no governo patriótico do Presidente Médici, já está lutando em outros setores, como o MOBRRAL, em plena atuação de âmbito nacional; o ensino fundamental, em final de estudos; os ginásios orientados para o trabalho, em adiantada fase de implantação; a reforma universitária, também em boa marcha; o desenvolvimento do ensino de pós-graduação, indispensável a essa reforma através do preparo e aperfeiçoamento do corpo docente de ensino superior; e assim por diante.

A cobrança parcial do ensino universitário não será tudo, mas sem isso todo esforço será pouco, para não dizer inútil.

Ninguém deseja privilégios

Os próprios estudantes e suas famílias decerto acolherão com simpatia uma modalidade moderada de participação no custeio do ensino superior: com a generosidade e lucidez da juventude, os moços sabem que o ensino gratuito só beneficia uns poucos privilegiados, e no fundo ninguém se sente à vontade nessa condição. Compreendem inclusive que haverá maior número de vagas quando a gratuidade deixar de beneficiar os que dela não necessitam.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Nobre Senador Lourival Baptista, V. Ex.^a será atendido quanto à solicitação da transcrição no discurso que acaba de pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Permitam que inicie este pronunciamento — no qual reitero minhas preocupações, que são as do povo nordestino, quanto aos rumos do desenvolvimento da região — lembrando uma frase que, por certo, há de estar na memória de todos quantos já se debruçaram sobre o problema:

“Politicamente foi ganha uma batalha para mostrar um escândalo nacional, o subdesenvolvimento do Nordeste. Os dirigentes da República já estão convencidos de que esse escândalo não deve continuar. É preciso não dormir sobre a vitória conseguida e aproveitar o clima psicológico que possibilita a ajuda necessária para o desenvolvimento da região.”

Desgraçadamente, o alerta do Padre Joseph Lebet, feito em 1954, não calou suficientemente fundo nos corações e mentes dos brasileiros. A batalha então vitoriosa, representada pela consciência nacional sobre a origem dos problemas que há séculos infelicitam o Nordeste, refletida em numerosos estudos e propostas que permitiam antever formas de corrigir a situação, não chegou a ser decisiva para os objetivos finais de superar os desequilíbrios entre essa região e o Brasil desenvolvido. Reconheçamos que não fomos capazes — os nordestinos e brasileiros de todos os rincões — de aproveitar o momento psicológico detectado pelo brilhante pensador cristão.

Há trinta anos, a vitória com a qual regozijava-se o Padre Lebet parecia o anúncio de novos tem-

pos para o desenvolvimento harmônico do País. Como consequência dos estudos e pesquisas levados a cabo, no âmbito do Banco do Nordeste do Brasil e do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, foram realizados precisos diagnósticos sobre a questão regional, suas causas, e conceberam-se fórmulas capazes de ultrapassar os óbices que se colocavam entre o Nordeste e o progresso. Pouco depois, criava-se a sudene, reunindo, em seus quadros, massa crítica de pronto dedicada a gerar idéias e soluções para os problemas. Vieram os planos regionais de desenvolvimento, pioneiros da atividade de planejamento no Brasil; instituíram-se, entre outros instrumentos, os incentivos fiscais, então exclusivamente para a região. As soluções, na verdade, já conhecidas em suas linhas básicas, pareciam prestes a concretizar-se.

Entretanto, as esperanças despertadas por essas aparentes conquistas estavam sendo trituradas pelo inexorável movimento das engrenagens solidamente montadas na estrutura econômica brasileira. A força da inércia, favorecendo os processos tradicionais que orientam as decisões de investimento, no setor público como na iniciativa privada, manteve a tendência de privilegiar o crescimento das regiões mais dinâmicas, em busca de respostas rápidas e seguras. São três décadas transcorridas desde então, em que ao discurso progressista e generoso, reconhecendo explicitamente a urgência de corrigir os desequilíbrios interregionais, jamais corresponderam ações concretas, que pudessem reverter o processo que a cada dia faz aumentar o fosso que separa o Nordeste das regiões mais ricas.

Não tardou que os incentivos fiscais, concebidos pela inteligência e capacidade de formulação da elite pensante regional como forma de atenuar os desníveis, não mais se destinassem exclusivamente ao Nordeste, sendo também criados para a Amazônia e, em seguida, para investimentos setoriais em turismo, pesca e reflorestamento, com o que se descaracterizava o enfoque espacial do desenvolvimento e desvirtuava-se a idéia original.

E, hoje, como a culminar o perverso processo que vem a cada dia tornando mais problemática a solução para os problemas regionais, os orçamentos do Fundo de Investimentos do Nordeste, conhecido como finor, no qual se reúnem os recursos captados mediante concessão de incentivos às empresas contribuintes do Imposto de Renda, estão cada vez mais reduzidos, em termos reais, com sérios prejuízos para os investimentos na indústria e na agropecuária nordestinas.

Cabem aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, algumas observações sobre os incentivos fiscais, sua natureza compensatória para o Nordeste, seu significado intrínseco, as justificativas filosóficas, políticas, econômicas e sociais que informaram sua instituição e seu funcionamento em nossos dias.

Ao permitir que pessoas jurídicas deduzam parcela do imposto que devem pagar, com o fim de subscrever cotas do Fundo de Investimento do Nordeste, o Poder Público abre mão de parte de seus ganhos para que os recursos assim obtidos sejam aplicados em empreendimentos de interesse para o desenvolvimento. Trata-se, pois, de recurso arrecadado ao contribuinte, que o governo destina especificamente à região, como for-

ma de compensá-la pelos prejuízos que sofre em razão das distorções — seculares distorções — do desenvolvimento nacional. Distorções que se manifestam na estrutura tributária, fortemente centrada em impostos indiretos que beneficiam as regiões marcadamente produtoras, em detrimento das mais acentuadamente consumidoras; que estão presentes na política cambial e nos estímulos às exportações; que se fazem sentir na agropecuária e na estrutura fundiária, inadequada e injusta sob vários pontos de vista e que tem sobre o meio rural nordestino forte impacto, de que são reflexo a estagnação, a pobreza, a fome.

Diga-se, a propósito, que a concessão de incentivos, pelo governo, para apoiar o desenvolvimento de setores ou regiões, nada tem de inusitada. A par das experiências internacionais conhecidas, como as do sul da Itália e as do Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, aqui mesmo foram fortes estímulos governamentais, diretos e indiretos, que permitiram a arrancada da industrialização, representada pelo processo de substituição de importações, instalado a partir da Segunda Guerra Mundial — processo que teve a comandá-lo o capital gerado nas fazendas de café, e de outros produtos de exportação, localizadas no Sudeste e Sul brasileiros, graças a um meio já antigo, no qual, sem qualquer pretensão de desmerecer a visão e o trabalho diuturno dos homens de empresa que o dirigiram, teve importante participação o apoio oferecido pelo poder público, sob a forma de políticas cambiais e fiscais favoráveis, concentração de investimentos em infra-estrutura, proteção alfandegária, e outros benefícios.

Mais recentemente, criaram-se os incentivos às exportações, como resposta às pressões sobre o balanço de pagamentos. E colocou-se em marcha, com estupendo êxito, novo e mais sofisticado processo de substituição de importações de produtos industriais, desta feita, de insumos básicos e bens de capital, sempre com poderosa ajuda. Neste caso, com a participação do Estado, que se associou a muitos empreendimentos privados considerados prioritários.

Ressalte-se que não pretendo discutir a validade desses processos, nem pôr em dúvida a imprescindibilidade do apoio estatal, para que pudessem colocar-se em marcha. Condeno, isto sim, a ausência do componente espacial em sua concepção; a insensibilidade, que não permitiu perceber a importância da participação do Nordeste em seu desenvolvimento; os antolhos do imediatismo, que só deixaram se vislumbrarem perspectivas de retornos rápidos, ao mesmo tempo em que se comprometia o futuro.

É assim, tradicionalmente, nos mais diversos setores da atividade. Sucessivos governos, ainda que aparentemente comprometidos com a superação dos desníveis interregionais, mantêm as políticas centralizadoras e concentradoras de sempre, escravos de enfoques meramente setoriais, que desconhecem os reatamentos espaciais das estratégias adotadas.

Por isso, os incentivos fiscais para o Nordeste, reunidos no Finor, são importantes e devem ser fortalecidos. É, no entanto, necessário atentar para que não percam a condição de efetivamente apoiar a economia regional, ameaça concreta que a cada ano se renova, e quase sempre se confirma. Refiro-me à persistente queda dos orçamentos do Fundo, reduzindo sempre mais os recursos

com que contam os empreendimentos prioritários da região. Agora mesmo o declínio se faz sentir com violência sobre as expectativas nordestinas: o orçamento, que corresponde ao período de março de 1987 ao mesmo mês do ano em curso, contando com Cz\$ 12,9 bilhões já aplicados, deveria ser complementado com mais Cz\$ 9 bilhões, até hoje não efetivados. E, note-se que, para corresponder aos já minguados recursos, da ordem de Cz\$ 8,8 bilhões, que o Fundo movimentou até março de 1987, o orçamento em vigor deveria ultrapassar, de muito, a casa dos Cz\$ 30 bilhões, apenas para compensar a inflação registrada no período.

A essa diminuição real dos recursos previstos soma-se a imperfeição do funcionamento do Fundo. As previsões de seu montante tomam por base as opções registradas nas declarações do Imposto de Renda, com base nas Obrigações do Tesouro Nacional, da data de sua apresentação. Como, porém, parcela majoritária da arrecadação só ocorre posteriormente, o Finor acaba recebendo recursos substancialmente aviltados pela inflação, uma vez que não mais se procedem correções ao se lhe transferirem os recursos, embora o governo os arrecade com todos os reajustes compensadores da inflação. O que se faz, assim, é falsear a intenção da lei, contrariando princípio geral do direito tributário, segundo o qual a correção monetária deve-se agregar ao principal.

Lembro, a propósito, a existência de projeto de lei, de autoria do ilustre Senador Virgílio Távora, que visa a corrigir esse absurdo, merecendo, portanto, todo o nosso apoio.

Mas não cessam aí, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os prejuízos que se infligem ao Nordeste, neste momento. As verbas que constituem os fundos do programa PIN-Proterra — aliás, também originadas de recursos de incentivos fiscais — serão igualmente diminuídas, uma vez que se decidiu reduzir o limite de opção, de 50 para 40%. Como parcela desses recursos destina-se investimentos no Nordeste, essa é mais uma sangria nos já estiolados fundos que poderiam apoiá-lo e que poderá ter consequências adicionais extremamente graves, uma vez que os recursos desse fundo são usualmente utilizados como contra partida nacional de empréstimos de entidades internacionais, como o Banco Mundial. São financiamentos geralmente destinados à área social, que, assim, correm risco de escassear.

Estamos, como se percebe, diante de novas e concretas ameaças, a se adicionarem aos malefícios já conhecidos. Cabe a nós, brasileiros e nordestinos, que temos a responsabilidade de pugnar pela construção de uma sociedade mais justa, uma Nação livre dos desequilíbrios que comprometem seu desenvolvimento, usar todas as nossas forças para impedir que isso continue acontecendo. Temos perdido ocasiões sem conta, no curso da História, de assim proceder. Não temos o direito de persistir neste erro, ou as gerações futuras não nos perdoarão de não termos sabido levar adiante a bandeira da redenção nacional.

Apelo, portanto, ao Senhor Presidente da República e aos Ministros da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega, do Planejamento, Dr. João Batista de Abreu, e do Interior, Dr. João Alves, para que, sensíveis ao problema que vive o Nordeste, venham a adotar as providências sugeridas no pronunciamento que ora faço.

A Nação brasileira, permitam que repita, não pode mais conviver com a nódoa dos desequilíbrios regionais. E é nossa a obrigação de apagá-la.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Cameiro) — Em virtude da impossibilidade regimental, uma vez que a sessão do Senado não pode ser simultânea com a da Assembleia Nacional Constituinte, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária do dia dois de fevereiro, terça-feira, às 10 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1988 (nº 303/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Dona Maria Carolina Vasconcelos Freire, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1988 (nº 302/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Gilson da Silva Martins e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1988 (nº 266/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Benedito Moreira Lopes, pioneiro do esporte automobilístico brasileiro, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 28, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, do Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.689,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberá, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.650,42 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.424,51 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Monteiro, Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mococa, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.146,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1988, que autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.200.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 12 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 36, de 1988, que autoriza o Governo do

Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.879.699,25 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 13 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.600,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 14 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.519,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 15 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 39, de 1988, que autoriza a Prefeitura Muni-

cipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.790,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 16 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 49.342,11 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 17 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Antônio João, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.800,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 18 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1988, que autoriza a Prefeitura Muni-

cipal de Aral Moreira, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.411,27 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 19 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 43, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 30.075,18 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 20 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre o critério adotado pelo atual Governo para a concessão de canais de rádio e de televisão através daquele Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 2 minutos.*)

MESA

Presidente

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DO PMDB

Lider

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Lourenberg Nunes Rocha

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PFL

Lider

Carlos Chiarelli

Vice-Líderes

João Menezes

Edison Lobão

Marcondes Gadelha

LIDERANÇA DO PDS

Lider

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos

Virgílio Tavora

LIDERANÇA DO PDT

Lider

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Lider

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Lider

Antonio Farias

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Itamar Franco

PSB

Jamíl Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11.00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 3168.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFI

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Antonio Faria

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia L. Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Sala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência -PS - CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70 160

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES PARA A CONSTITUINTE

- **Constituição da República Federativa do Brasil** — 10ª edição, 1986 — formato bolso. Texto constitucional vigente consolidado (Constituição de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais números 2, de 1972, a 27, de 1985) — Notas explicativas das alterações com as redações anteriores — minucioso índice temático. (Preço: Cz\$ 10,00)
- **Constituição da República Federativa do Brasil** — Quadro comparativo anotado: texto vigente — Constituição de 1967 — Constituição de 1946. Notas. Índice temático. 5ª edição, 1986. (Preço: Cz\$ 80,00)
- **Constituições do Brasil** (2 volumes — ed. 1986) 1º volume: textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Texto constitucional vigente consolidado. 2º volume — índice temático comparativo de todas as Constituições. (Preço: Cz\$ 150,00)
- **Constituição Federal e Constituições Estaduais** (textos atualizados, consolidados e anotados. Remissões à Constituição Federal. Índice temático comparativo). 4 volumes, com suplemento de 1986. (Preço: Cz\$ 90,00)
- **Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil** (Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal — edição: 1986) — Antecedentes históricos. Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes. Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967. Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos. (Preço: Cz\$ 80,00)
- **Leis Complementares à Constituição Federal** — números de 1/67 a 54/86 (históricos) — 3 volumes e suplemento. (Preço Cz\$ 240,00)
- **Anteprojeto Constitucional** — Quadro comparativo: Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — Texto constitucional vigente. Notas. Índice temático da Constituição vigente (edição 1986). (Preço: Cz\$ 50,00)
- **Leis Orgânicas dos Municípios** — 2ª edição — 1987. Textos atualizados e consolidados. Índice temático comparativo. 3 volumes. (Preço: Cz\$ 150,00)
- **Revista de Informação Legislativa** — periódico trimestral de pesquisa jurídica. (Preço do exemplar: Cz\$ 40,00) (assinatura para 1987: Cz\$ 160,00)
- **Constituição do Brasil e Constituições Estrangeiras** (com índice temático comparativo) — 3 volumes — ed. 1987 — Textos integrais e comparação das Constituições de 21 países (Preço da coleção: Cz\$ 300,00)
- **Constituições Estrangeiras** — série (com índice temático comparativo) — 1º volume: Alemanha (RDA), Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia — ed. 1987 (Preço: Cz\$ 80,00) — 2º volume: Costa Rica, Nicarágua — ed. 1987 (Preço: Cz\$ 50,00)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo 1, 22º andar — Praça dos Três Poderes. CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.
Pedidos acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 479775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

**496 páginas
Preço: Cz\$ 80,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CZ\$ 2,00